EXPRESSÕES POLÍTICAS E IDEOLÓGICAS DA EXTREMA-DIREITA NO BRASIL E NA EUROPA

ILSE GOMES SILVA, Doutora em Ciências Sociais – Política pela PUC/SP. Professora da Universidade Federal do Maranhão, Doutorado. ilse.gomes@ufma.br. Coordenadora

Almerindo Janela Afonso, Sociólogo, Doutor em Educação, Professor aposentado do Departamento de Ciências Sociais da Educação da Universidade do Minho, Portugal. Membro do Centro de Investigação em Educação (CIEd). E-mail: ajafonso@ie.uminho.pt.

Saulo Pinto, Doutor em Políticas Públicas. Professor de economia política do Departamento de Economia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: saulo.pinto@ufma.br.

RESUMO

Nessas primeiras décadas do século XXI o mundo tem sido impactado por uma série de crises no sistema econômico, político, ambiental e sanitário que afetam profundamente, mas de modo desigual, toda a humanidade. Embora cada uma dessas crises tenha suas especificidades, é importante não perder de vista a dimensão totalizante do processo que desencadeia, de modo distinto, as crises. No campo político, o avanço da extrema-direita na cena política tem colapsado a democracia e os direitos sociais e políticos conquistados ao longo do século XX. Nessa mesa, vamos nos dedicar a apresentar as expressões políticas e ideológicas da extrema-direita no Brasil e na Europa em sua relação com a democracia e com a dinâmica estrutural do capitalismo em sua fase neoliberal e as formas de resistências geradas pelas lutas sociais.

Palavras-chave: extrema-direita, neofascismo, democracia

ABSTRACT

In these first decades of the 21st century, the world has been impacted by a series of crises in the economic, political, environmental and health system that affect deeply, but unequally, all of humanity. Although each of these crises has its specificities, it is important not to lose sight of the totalizing dimension of the process that triggers the crises in a different way. In the political field, the advance of the extreme right on the political scene has collapsed democracy and social and political rights conquered throughout the 20th century. At this themed table, we will dedicate ourselves to presenting the political and ideological expressions of the extreme right in Brazil and Europe in its relationship with democracy and with the structural dynamics of capitalism in its neoliberal phase and the forms of resistance generated by social struggles.

Keywords: extreme right, neo-fascism, democracy

A EXTREMA-DIREITA EM PORTUGAL RESPONDE PELO NOME CHEGA

Ilse Gomes Silva[1]

RESUMO
A extrema-direita cresceu e se consolidou na Europa nessas primeiras décadas do século XXI. Em alguns países elegeu muitos parlamentares e seus partidos políticos estão à frente dos governos, seja no âmbito nacional ou local. Portugal, que até 2018 não tinha nenhuma representação da extrema-direita, se deparou com a eleição em 2019 do primeiro parlamentar de extrema-direita, pelo partido CHEGA, para a Assembleia da República. Desde então, o partido CHEGA tem crescido e conquistado eleitores com sua política homofóbica, racista, nacionalista e antidemocrática. Nesse artigo apresento as principais propostas do partido CHEGA, contidas em seus documentos oficiais, que permitem identificá-lo como uma expressão da extrema-direita em Portugal.
Palavras-chave: extrema-direita, Portugal, democracia

ABSTRACT
The extreme right has grown and consolidated in Europe in these first decades of the 21st century. In some countries it has elected many parliamentarians and their political parties are at the head of governments, whether at the national or local sphere. Portugal, which until 2018 had no representation of the extreme right, faced the election in 2019 of the first extreme right parliamentarian, by the CHEGA party, to the Assembly of the Republic. Since then, the CHEGA party has grown and won over voters with its homophobic, racist, nationalist and anti-democratic policies. In this article, I present the main proposals of the CHEGA party, contained in its official documents, which make it possible to identify it as an expression of the extreme right in Portugal.
Keywords: extreme right, Portugal, democracy

1 INTRODUÇÃO

Na esteira das políticas neoliberais e da crise econômica, nomeadamente a de 2008/2009, os movimentos e partidos da extrema-direita cresceram e se consolidaram em muitos dos países da União Europeia e da América Latina. Embora com características próprias, de acordo com as características históricas, económicas, políticas e culturais de cada formação social, esses movimentos e partidos

[1] Professora da Universidade Federal do Maranhão, Doutorado em Ciências Social – Política pela PUC/SP, Pós-doutorado na Universidade do Minho. ilse.gomes@ufma.br. https://orcid.org/0000-0002-2749-806X

apresentam o nacionalismo, a xenofobia, o racismo, o fundamentalismo religioso, a misoginia e a LGBTfobia como aspectos predominantes dos seus discursos e práticas.

A política de ódio ataca todas as expressões da diferença (de raça, gênero, etnia, cultura, religião…), os direitos humanos e as instituições democráticas. Na Europa, esses partidos têm experimentado uma articulação internacional de alianças e estratégias de ação conjunta em eleições parlamentares, assim como a organização de instituições que os financiam e atuam na formação de novas lideranças, como por exemplo a Aliança Europeia de Movimentos Nacionais, o Movimento por uma Europa de Nações e Liberdades, a Aliança pela Paz e a Liberdade e a Aliança Europeia pela Liberdade. (LÖWY, 2015, 2019; MARCHI, 2011, RYDGREN,2007,2017, MUDDE, 2020).

As categorias mais usadas para caracterizar os partidos de extrema-direita são: fascismo, pós-fascismo, protofascismo, neofascismo, conservadorismo, populismo de direita, extrema-direita e direita radical. Os estudos têm se concentrado na origem, base social, prática política, programa e desempenho eleitoral, na tentativa de verificar, por um lado, as transformações e/ou adaptações para o ambiente democrático parlamentar e, por outro lado, buscar identificar as motivações que levam os eleitores a apoiarem os programas dos partidos de extrema-direita.

Os autores, citados nesse artigo, que adotam a categoria do populismo de direita analisam os partidos e seus líderes principalmente pelo aspecto do discurso e das linguagens adotadas nos programas políticos e na prática política para atrair eleitores e militantes.

Ernesto Laclau e Cas Mudde se destacam entre os autores mais referenciados quando se conceitua a categoria populismo. Laclau, em *A Razão Populista,* desenvolve o conceito de populismo a partir da investigação da "lógica de formación de las identidades colectivas" e se propõe a clarear a lógica do populismo como uma prática inerente a "todo espacio comunitario"(LACLAU, 2004, p. 9-10). E acrescenta: "No existe ninguna intervención política que no sea hasta cierto punto populista. Sin embargo, esto no significa que todos los proyectos políticos sean igualmente populistas; eso depende de la extensión de la cadena equivalencial que unifica las demandas sociales" (LACLAU, 2004, p. 195).

O conceito de populismo é construído tendo por base as categorias do discurso, dos significantes vazios e hegemonia e da retórica, desenvolvidos a partir da contribuição da psicanálise em analisar o comportamento das massas e do processo de construção discursiva que dá origem a ideia de “povo” como expressão da identidade política forjada pela experiencia de mobilização em torno de demandas sociais, que no momento em que não são satisfeitas podem ser unificadas na condição de demandas populares e se tornar “cadeias de equivalências” em conflito com o poder instituído. A ideia de “povo” é construída em oposição a “elite” ou ao poder instituído para o qual os conflitos são direcionados.

No livro *populismo, uma brevíssima introdução,* em parceria com Kaltwasser, Cas Mudde se propõe a "esclarecer o fenómeno do populismo e sublinhar a sua importância na política contemporânea" (MUDDE e KALTWASSER, 2017, p. 13). Situam o populismo no contexto da democracia liberal e, diferentemente de Laclau, o definem "como uma ideologia de baixa densidade" (MUDDE e KALTWASSER, 2017, p. 18). Os conceitos que orientam essa definição são o povo, a elite e a vontade geral.

> definimos populismo como uma ideologia de baixa densidade que considera que a sociedade está, em última instância, dividida em dois campos homogéneos e antagónico – "o povo puro" versus "a elite corrupta" – e que defende que a política deveria ser uma expressão da volonté générale (vontade geral) do povo. (MUDDE e KALTWASSER, 2017, p. 18)

O uso da categoria “populismo” como principal unidade de análise dos atuais partidos de extrema-direita provocou críticas de alguns autores por considerem o termo inadequado para explicar a natureza e o crescimento desses partidos no cenário internacional e para organizar o enfrentamento de suas políticas. Além disso, ponderam que a experiência de populismo que surgiu na América Latina entre os anos 30 e 60 do século XX se distingue da experiência atual, principalmente quanto ao projeto político que, naquela época, era marcadamente nacional popular e anti-imperialista, com apoio popular e um líder carismático (LÖWY, 2015).

Löwy (2015) considera as definições de populismo imprecisas e vagas porque podem ser usadas por quase todos os movimentos e partidos, principalmente quando se referem à retórica de apelo ao povo ou à oposição entre o povo e as elites. O autor também contesta as afirmações de que a chamada extrema-direita populista tenha

apreço à democracia pelo fato de os seus membros se submeterem ao processo eleitoral das democracias parlamentares, se apresentarem como representantes da verdadeira democracia e a favor da democracia direta e contra as elites corruptas.

> Esse é um argumento muito equivocado, já que o apelo à democracia direta, a crítica da representação parlamentar e das elites políticas é muito mais presente entre os anarquistas e outras correntes políticas de extrema-esquerda do que entre a extrema-direita, cujo projeto político enfatiza o autoritarismo (LÖWY, 2015, p. 660).

Rydgren (2017) também nos oferece uma importante contribuição para compreender as particularidades da extrema-direita atual e as inconsistências do uso da categoria populista. Na sua opinião o ponto que os unifica é o nacionalismo étnico a partir do qual objetivam manter a nação culturalmente e etcnicamente homogênea, daí o combate aos imigrantes e refugiados. Por esse motivo não devem ser definidos pela ideologia populista, apesar da prática populista de ser antielitista influenciar os eleitores.

Rydgren (2017) critica as definições de populismo primeiro por considerar que ocorre uma sobreposição de características de outras ideologias, como o nacionalismo e o conservadorismo, na composição da chamada ideologia populista. Segundo, considera que os termos populismo e populista devem ser utlizados com uma certa restrição e de modo a qualificar condicionalmente o partido, considerando que têm outras características mais relevantes para serem destacadas, como o aspecto do nacionalismo étnico, o conservadorismo, o autoritarismo, e serem contra o liberalismo cosmopolita e a esquerda sociocultural.

Nesse artigo apresento parte da pesquisa realizada durante o pós-doutorado na Universidade do Minho, no qual tive o privilégio de ter como orientador o professor Almerindo Janela Afonso. Para traçar o perfil do Chega, analisar suas propostas políticas e sua prática recorri ao estudo dos documentos oficiais disponibilizados na página[2] e nas redes sociais do partido, onde foi possível conhecer as ações de seus militantes e do seu líder, os quais apesar de terem uma forte presença na imprensa nacional, ainda carecem de estudos acadêmicos sobre sua atuação. O estudo mais aprofundado no momento é o livro de Machi (2020) em que ele recupera a trajetória

[2] https://partidoChega.pt/

de organização do partido e a atuação do líder, e apresenta sua análise sobre a posição política do partido. Nessa análise do programa político e da prática política do partido Chega, me alinho às questões levantadas por Lowy e Rydgren e parto do entendimento de que a ideologia que orienta os partidos de extrema-direita hoje é a ideologia fascista com atualizações e especificidades próprias de cada formação social. Portanto, tenho discordância com Marchi em sua identificação do Chega como um partido antissistema.

2 PRINCÍPIOS E PROGRAMA DO PARTIDO CHEGA

Atualmente, os partidos políticos que têm maior presença na cena política portuguesa e com deputados na Assembleia da República estão alinhados em diferentes grupos nem sempre com fronteiras esquerda/direita muito nítidas. Estão alinhados à esquerda ou centro-esquerda o Partido Socialista (PS), o Partido Comunista Português (PCP) e o Bloco de Esquerda (BE). No campo da direita ou centro-direita, estão o Partido Social-Democrata (PSD) e o Partido do Centro Democrático Social (CDS/PP) (MATEUS e RAMALHO, 2013; GUEDES, 2016). A extrema-direita parlamentar representada pelo partido Chega surge em 2019.

Na eleição de 2019, a Assembleia da República[3] ficou composta por deputados representando 10 partidos, onde o PS tem o maior número de parlamentares com 108 deputados, em segundo lugar vem o PSD com 79 e em terceiro lugar o BE com 19. Em seguida tem o CDS/PP com 18 deputados, o PCP com 10, o PAN com 04 e o PEV com 02. Os últimos em representação são os partidos Chega, Livre e a Iniciativa Liberal, todos com apenas um deputado.

Há um consenso entre os autores citados de que vivemos uma crise de representação, expressa pela grande desconfiança dos eleitores em relação ao sistema partidário e decepção com a democracia parlamentar na resolução de suas necessidades socioeconômicas, que tem servido de adubo para o discurso da

[3] A composição da Assembleia da República pode ser visualizada em https://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/GruposParlamentaresI.aspx. Acesso em 01/09/2020.

extrema-direita contra o que identificam com a elite ou com a velha política, enquanto se autoqualificam como representantes da nova política.

O campo da direita partidária, após o 25 de abril, tem como representantes mais antigos e atuantes o Partido do Centro Democrático Social (CDS/PP) criado em 13/01/1975 e o Partido Social-Democrata (PSD), criado em 25/01/1975. A extrema-direita aparece nas eleições de 2019 com o partido Chega, elegendo um candidato para a Assembleia da República. Contudo, embora a extrema-direita não encontrasse as condições favoráveis para florescer em Portugal não significava que atitudes racistas e xenófobas e anti-imigração não circulassem entre determinados segmentos sociais à procura de lideranças e espaços organizados de expressão. Essas condições estariam incubadas à espera de serem ativadas ou despertadas (Magalhães, 2019).

Para Riccardo Marchi, o partido Chega, em que pese sua identidade com a extrema-direita, se distingue das experiências dos demais partidos de direita em Portugal porque “seus artífices provêm de culturas políticas e de passados políticos – quando existem – muito diferentes” e por não apresentar uma “ortodoxia ideológica universalmente aceite” (MARCHI, 2020, p. 10). Contudo, pelo relato exposto em seu livro, se percebe que o líder do Chega desde a adolescência militou nas fileiras da direita tradicional, o PSD, e traçou uma trajetória política ousada para alcançar projeção nacional e o controle do partido. Somente se desligou do PSD quando seus planos de controle da máquina partidária não tiveram o sucesso esperado e suas propostas políticas foram rejeitadas, a partir daí investiu na formação do Chega. A mesma impressão se tem dos demais dirigentes, haja vista que suas trajetórias políticas são oriundas do seio da direita tradicional, que almeja voltar à hegemonia política perdida nas últimas décadas.

Segundo as declarações da direção nacional do Chega, o partido pretende se tornar nacionalmente uma alternativa política de poder, nesse sentido busca atrair principalmente a base social da direita tradicional situada no mundo rural e nas elites conservadoras, ao mesmo tempo que pretende ampliar seu eleitorado para a população dos subúrbios das grandes cidades que, segundo a direção partidária, foi abandonada pelo governo de esquerda e vive em situação de pobreza e insegurança.

Podemos dizer, dessa forma, que a ação do Chega é semelhante aos demais partidos da extrema-direita da Europa Ocidental que segundo Mudde "começaram por atrair pequenos grupos de eleitores insatisfeitos da direita *mainstream*" (MUDDE, 2020, p. 86).

A estratégia de comunicação do CHEGA foi concentrar, nas redes sociais, o discurso em temas que não eram tratados ou eram evitados pela direita tradicional, como a castração química, a prisão perpetua, a redução do número de deputados e a questão da etnia cigana. Em depoimento a Marchi, o líder do partido admite que as redes sociais foram fundamentais para a formação e divulgação do CHEGA:

> São as redes sociais que me trazem muita, muita gente, logo nos primeiros meses. Foi impressionante. (...) A quantidade de pessoas pelas redes sociais, sobretudo pelo Facebook, a mandar mensagens, a aproximar-se, a queres criar um núcleo, uma página. Eu fiquei estupefacto. Em dois meses, aproximadamente, nós tínhamos oitenta e tal páginas pelo país inteiro. (Ventura in MARCHI, 2020, p. 65)

O Chega tem um crescimento rápido nas redes sociais e nos *média*. Esse crescimento levanta a suspeita de haver um sistema profissional para alavancar as redes sociais do partido. (Marchi, 2020)

O que se pode observar é uma contradição entre o que está escrito nos documentos oficiais e a prática e discurso de suas lideranças. De modo que podemos afirmar que o Chega possui as características dos partidos de extrema-direita atualmente na cena política europeia. Um partido cujas práticas e base social se alinham ao racismo, ao nacionalismo, ao autoritarismo e à xenofobia, apesar da constante tentativa de negar a associação com as experiências fascistas do passado recente, em diferentes contextos nacionais.

Enquanto Marchi destaca a novidade do Chega na origem e desenvoltura midiática do seu líder, e não no seu programa político, e o caracteriza como partido cuja ideologia "é muito mais flexível do que seu caráter populista, antissistema, de protesto" (MARCHI, 2020, p. 145), os intelectuais que subscreveram o manifesto "Contra a higienização académica do racismo e fascismo do Chega" o enquadram na tipologia da extrema-direita e realçam a prática e a articulação com organizações e lideranças internacionais de reconhecida prática de extrema-direita e fascista.

> A promiscuidade com o Movimento Zero, a utilização de milhares de perfis falsos nas redes sociais, as propostas de castração química, prisão perpétua, trabalho forçado para reclusos, confinamento de comunidades racializadas, extinção dos serviços públicos que visam garantir a universalidade de direitos como a Educação e Saúde, e até mesmo a proposta de uma IV República, são apresentadas como se fossem apenas medidas de reforma profunda, que não violam as regras do jogo democrático tal como as temos estabelecidas constitucionalmente. Além do mais, a recente filiação do Chega no grupo europeu Identidade e Democracia (ID), que integra partidos como a Liga do Norte de Matteo Salvini e a União Nacional de Marine Le Pen, os laços que está a construir com Trump e com a família Bolsonaro ou o antigo flirt com o Vox não merecem comentários na RTP2. (CONTRA A HIGIENIZAÇÃO ACADÉMICA DO RACISMO E FASCISMO DO CHEGA, O Público, 11 de julho de 2020, p. 07)

Na página do Chega[4] encontramos seus principais documentos: o Manifesto Político Fundador, a Declaração de Princípios e Fins, O que Somos e o Que Não Somos, os Estatutos e o Programa Político 2019, 70 Medidas para Reerguer Portugal, Manifesto para a Europa. Nestes documentos, para além de se observar a afirmação dos princípios definidos, também se tenta evitar a vinculação com as heranças e pensamentos autoritários.

No Manifesto Político Fundador, o Chega se autodefine como "um partido **nacional, conservador, liberal e personalista" (grifos do documento). Tem uma concepção de nação principalmente** "como comunidade de sangue, de terra, de bens e de destino, e reunindo os homens que, entre si, possuem vínculos históricos, culturais e linguísticos". E, talvez, para não ser equiparado com alguns partidos nacionalistas observa: "Mas uma nação aberta ao mundo, à competição e ao futuro, nunca uma nação temerosamente fechada sobre si própria". É um partido que se diz conservador porque se considera "fiel às raízes que verdadeiramente o são". E, mesmo sem explicar o sentido da afirmação, acrescenta que está "aberto à inovação criadora". Na condição de se dizer partido liberal tem como meta "reduzir o Estado às suas funções mínimas essenciais", uma vez que responsabiliza este mesmo Estado "pela burocratização da economia e pela usurpação fiscal imposta, principalmente, à classe média e a todos aqueles que mais se esforçam para gerar riqueza". No discurso do partido, os ricos são penalizados e injustiçados com o imposto progressivo, e sua atuação parlamentar visa "acabar politicamente com aqueles que em vez de se

[4] https://partidoChega.pt/

preocuparem em acabar com a pobreza, o que querem é acabar com a riqueza". (TAXA, 2020, não paginado)

O aspecto personalista contido no Manifesto Político Fundador está definido de acordo com o texto bíblico do apocalipse[5]: "porque como alfa e ómega da actuação política coloca o Homem, e não o Estado". Nesse caso a ação política se inicia e se encerra no homem, cuja essência se expressa no gozo de sua liberdade. Essa concepção de política amparada em uma concepção religiosa é uma das características da extrema-direita na maioria dos países cujo projeto de nação está vinculado a determinada tradição religiosa.

> a maioria dos grupos da direita radical populista na Europa são, quando muito, cristãos culturais, isto é, consideram o Cristianismo, ou uma denominação específica do mesmo (por exemplo, o Catolicismo romano), parte da cultura nacional. Alguns vão um pouco mais longe, defendendo que determinada religião faz parte da nação. (MUDDE, 2020, p. 52)

Da concepção de tirania como "o poder, sem razão, de roubar o outro da sua propriedade, o que pode ser feito por assalto, expropriação ou tributação" (MANIFESTO POLÍTICO FUNDADOR, online) derivam as bandeiras contra o aborto e a eutanásia por considerá-las um assassinato, contra as etnias minoritárias por usurparem os bens e a riqueza da comunidade nacional, contra os serviços públicos por ser contra os monopólios e contra uma determinada elite política. Reafirma a defesa da propriedade privada, dos costumes tradicionais e da fé cristã da tradição grega e romana. No Manifesto, embora tentem ocultar seu verdadeiro significado, não estão defendendo o Estado laico, a liberdade de culto religioso e a liberdade de orientação sexual.

O Chega acusa os outros partidos de não representarem os interesses dos portugueses, de promoverem a decadência social e dos costumes e serem corruptos, ao mesmo tempo que se apresenta como instrumento de mobilização dos descontentes para eliminar com todo o arcabouço jurídico e político construído na III República, fundada em abril de 1974, considerada de orientação marxista e sem democracia plena. O projeto é fundar a IV República, com uma nova constituição que

[5]Alfa e Ômega são a primeira e a última letra do alfabeto grego, no qual foi escrivo o Novo Testamento. No livro do Apocalipse a condição de eternidade de Deus é expressa quando Ele diz **"Eu sou o Alfa e o Ômega, o Primeiro e o Último, o Princípio e o Fim. (Apocalipse 22. 13)**

institua um “Estado de Direito forte”, presidencialista, assentado “sobre o império da Lei e inflexível na exigência da limitação e separação dos poderes”. (MANIFESTO POLÍTICO FUNDADOR, online)

Em relação aos costumes e a orientação sexual, o Chega se “recusa” a aceitar o padrão atual, por considerar “aberrações disformes” impostas pelo chamado marxismo cultural. Reclama um passado glorioso de Portugal e adota como meta do partido “devolver Portugal aos portugueses”, “devolver o Portugal de hoje ao Portugal de sempre” (MANIFESTO POLÍTICO FUNDADOR, online)

Na Declaração de Princípios e Fins, o partido Chega diz rejeitar “todas as formas de racismo, xenofobia e de qualquer forma de discriminação, seja ela positiva ou negativa, contrária aos valores fundamentais da nossa cultura, da nossa História e da tradição”. No entanto, as entrelinhas falam mais do que está explicito nos documentos, uma vez que o racismo está expresso quando o partido afirma a necessidade de “devolver Portugal aos portugueses”, quando é contra a política social do Estado para minorias etnias, quando considera um fracasso o multiculturalismo e propõe a assimilação “plena da cultura portuguesa pelos recém-chegados”. A prática política do partido e de sua principal liderança evidenciam o racismo ao negar sua exigência em fatos como o assassinato do ator Bruno Candé, no dia 25 de julho de 2020, que teve motivações racistas ou quando organiza uma manifestação com a palavra de ordem “Portugal não é racista[6]” e proclama que haverá outras manifestações “sempre que a esquerda e a extrema-esquerda” organizar manifestações antirracistas[7] ou colocar o tema em pauta. A posição contraditória do partido é de negar que haja racismo em Portugal e minimizar ou ridicularizar as denúncias e atos antirracistas, ao mesmo tempo que enaltece a ação violenta da polícia declarando que “sistematicamente estão contra as forças policiais com a paranoia do racismo”[8].

---

[6] Ver reportagem do PUBLICO em 02 de agosto de 2020. https://www.publico.pt/2020/08/02/politica/noticia/Chega-junta-centenas-pessoas-lisboa-mostrar-portugal-nao-racista-1926812. Acesso em 08 de setembro de 2020.

[7] A manifestação antirracista e antifascista ocorreu no dia 31 de julho em Lisboa,Portugal. https://www.publico.pt/2020/07/31/sociedade/reportagem/manifestacao-bruno-cande-existe-gente-racista-importante-mostrar-fartos-1926611. Acesso em 09 de setembro de 2020.

[8] Publicado em: https://partidoChega.pt/paranoia-do-racismo-andre-ventura-considera-legitima-atuacao-policial-contra-a-mulher-na-amadora/. Acesso em 24/09/2020

No Programa Político para 2019 e nas chamadas 70 Medidas para Reerguer Portugal estão as propostas que materializam os princípios do partido. Dessas propostas, destaco aquelas relacionadas aos direitos de proteção social, de saúde e de educação. No documento 70 Medidas para Reerguer Portugal sublinha-se o projeto de valorização do período dos descobrimentos como exemplo da contribuição de Portugal para a civilização, a suspensão da Lei de Paridade e de qualquer política de quotas, ao considerar que "os melhores não serão prejudicados pelos medíocres". O CHEGA propõe a revogação da lei que consagra o direito à autodeterminação da identidade de género e defende a "obrigatoriedade de autorização expressa, do encarregado de educação, para qualquer actividade com conteúdo de valores éticos, sociais, morais, religiosos ou sexuais, para alunos até ao Ensino Secundário e a proibição da propaganda da agenda LGBTI no sistema de ensino com o fim da aplicação das ideologias de inclusão e ideologia de género no sistema nacional de educação" (70 Medidas para Reerguer Portugal, 2019, p. 3).

Os partidos de extrema-direita se empenham em restringir o direito à educação pública e se colocam contra conteúdos curriculares que abordam as diversidades no campo político e dos direitos humanos porque "a Educação é um dos mais importantes espaços de resistência, sobretudo quando nele se inscrevem as lutas de organizações coletivas com legitimidade democrática" (AFONSO, 2020, p. 421).

Os imigrantes, principalmente os islâmicos, são tratados pelo Chega como uma ameaça à segurança pública, aos costumes e valores da sociedade portuguesa. No Programa Político 2019 o partido defende que aos imigrantes ficaria proibido o acesso à nacionalidade, às políticas sociais ou qualquer benefício social como habitação social, a saúde e a educação e propõe a "saída de Portugal do Pacto Global para a Migração". A imigração só seria autorizada para nacionalidades com proximidades culturais com Portugal.

No Programa Político para 2019, o Estado é concebido a partir de autores como Adam Smith, Montesquieu, John Locke, Edmundo Burke, Ludwig von Mises e Friedrich von Hayek, dentre outros. Para o Chega, o Estado deve ser capaz de impor a força a todos, enquanto considera que o Estado atual, a III República, se encontra "subvertido" pelos interesses de corporações, pela política redistributiva e por possuir

muitos tentáculos pela expansão que adquiriu ao longo dos anos. Promete "um regresso ao pacto social original" do século XVIII, com as devidas atualizações, para que sejam devolvidas aos cidadãos, as funções que Estado português e muitos outros Estados "tem vindo sub-repticiamente a usurpar aos cidadãos e contribuintes". Advoga a supremacia do Direito Natural contra o que chama de Direito Positivo, uma vez que não cabe ao Estado estimular a "preguiça".

A concepção de democracia está relacionada a um Estado forte, rigoroso. O Chega considera que a III República foi "moldada por uma Constituição que não foi livremente elaborada nem livremente votada" a despeito de todo o processo de eleição ocorrido na época para a formação da Assembleia Constituinte. Considera que o atual regime não é democrático e está dominado pela ideologia marxista e pelas corporações sindicais e sua missão será pôr "fim ao asfixiante sistema de extorsão montado em Portugal, como em outros países, para drenar quase todo o poder da esfera dos cidadãos para a esfera do Estado". O CHEGA não explicita a forma como pretende garantir a participação popular nas decisões do governo, no entanto propõe a redução do número de deputados e dos recursos disponibilizados para a atividade parlamentar.

No programa político do Chega o que é destacado não é a igualdade, mas "a diferença como condição indispensável da liberdade, logo como pedra angular do edifício político a construir". A Igualdade é considerada uma imposição da orientação marxista contra a liberdade, por essa razão condena as políticas de Estado de caráter universal e gratuitas que buscam garantir a igualdade de condições, uma vez que concebe "que é visivelmente impossível dadas as variáveis genéticas e as diferenças culturais das famílias". Para o partido, arcar com os custos dos serviços como educação e saúde deve ser um dever do indivíduo e não do Estado.

Para o partido, a defesa da Diferença, em oposição a igualdade, está definida como "condição indispensável da liberdade" e tem como argumento a condição originária de competitividade entre os homens pela sobrevivência na natureza. Nesse caso, caberia à evolução natural a definição de quem será o melhor ou terá o mérito de ser o melhor. Com esse argumento se hierarquiza/discrimina as etnias e os indivíduos.

> E a realidade é esta: cada homem recebe um património genético que é único; nasce integrado em famílias diferentes, que por sua vez se integram em comunidades mais alargadas, elas próprias com características que lhes são próprias, as nações. Por sua vez as nações, entre si diversas, radicam em civilizações, distintas umas das outras. (PROGRAMA POLÍTICO 2019, online)

O Chega condena ainda o que chama de globalismo por entendê-lo como um projeto de igualdade entre as nações e entre os indivíduos que levaria ao retrocesso, à estagnação e à diluição das nações. Propõe a “Euro-integração” versus a “Euro-diluição” como garantia para manter a tradição greco-romana e judaico-cristã que deram origem as diversas nações europeias.

> Porque a globalização consiste numa interacção global de gente, famílias, nações e civilizações diferentes; o globalismo consiste na tentativa de destruir todas as diferenças obtendo, como resultado, uma massa amorfa de iguais que não interagem, mas que absorvem os ditames, a censura e a escravidão imposta por um Grande Irmão, nome sofisticado para um mero capataz de escravos globais impotentes porque castrados. [...] É em nome do respeito pela diferença dos homens e dos povos, e pela identidade da Europa, que recusamos essa euro-diluição. (PROGRAMA POLÍTICO 2019, online)

É contra o Estado Social e a favor do Estado Arbitral, cuja responsabilidade estaria limitada às funções de “Justiça, Segurança, Defesa, Política Externa e Arbitragem/Regulação” e funcionaria conforme uma empresa privada que gastaria somente o que tem, sem penalizar os mais ricos, nem ser o “Robin dos Bosques”, e estaria orientada pelo critério da rentabilidade, “isto representa, entre outras coisas, o fim do emprego para a vida”, uma vez que “o Estado não deve ter a preocupação de criar empregos”, ou seja, a proposta do partido é acabar com da estabilidade do emprego e fazer a privatização de serviços.

> Defende-se o afastamento decidido do modelo do Estado Social e do regresso ao Estado Arbitral, ou seja: que ao Estado não compete dar ou retirar, mas arbitrar. Ao Estado não compete tirar aos ricos para dar aos pobres, mas criar as condições para que todos possam ser mais ricos. (PROGRAMA POLÍTICO 2019, online)

O programa político do Chega, de caráter ultraliberal, destrói completamente o Estado Social, responsabilizando-o pelos problemas econômicos, por considerar financeiramente onerosa a prestação de serviços públicos. Serviços essenciais como saúde e educação seriam prestados pela iniciativa privada e os indivíduos receberiam um cheque-educação e cheque-saúde para terem acesso a esses serviços.

> a. O princípio universal haverá de ser o do utilizador-pagador, ou seja, quem usufrui de bens ou serviços, qualquer que seja o seu produtor ou prestador, terá de os pagar, salvaguardando, mais uma vez se sublinha, os casos de absoluta, óbvia e provada incapacidade para uma normal subsistência. [...] O princípio do utilizador-pagador reúne, em si, duas notórias vantagens: eficiência económica e equidade social. (PROGRAMA POLÍTICO 2019, online)

O Chega se volta contra o apoio do sistema público às demandas e garantia de direitos dos grupos LGBTI. Assim, é contra a presença da temática da identidade de género no currículo escolar e contra as cirurgias de mudanças de sexo no Sistema Nacional de Saúde por ser identificada pelo partido como “mutilação genital”. É contra os casamentos de homossexuais e a adoção de crianças pelos respectivos casais, por compreender que a “família natural” é constituída pelo homem e pela mulher, embora apresente a justificativa de “que não compete ao Estado, nem entrar na casa das pessoas, e, muito menos, nas suas “camas”, sem embargo de assegurar a liberdade, individual e consentida, de cada um se relacionar, como quiser, com quem entender”. (PROGRAMA POLÍTICO 2019, online)

3 CONCLUSÃO

O Estado, na concepção do Chega, é uma empresa que se move pela lógica do livre mercado, que incentiva a competição entre os indivíduos e a liberdade de escolha, através das quais os mais competitivos ou empreendedores serão premiados com as melhores posições nesse mercado. Nessa concepção, saúde e educação perdem o caráter de direitos universais e se tornam serviços sujeitos aos valores do mercado acessados pela livre escolha. O usuário das políticas públicas torna-se cliente de empresas do mercado educacional, da saúde ou de outros serviços pagos pelo cheque-educação ou cheque saúde.

O Chega adota a mesma tática dos demais partidos da extrema-direita que pretendem se afastar da experiência tradicional do fascismo, ou negar qualquer proximidade ideológica, utiliza um discurso focado principalmente no pensamento conservador dos costumes e do setor tradicional da Igreja católica, para conquistar novos eleitores, enquanto destrói as conquistas do Estado Social, faz afirmações

racistas e promove o sentimento hostil às minorias. Apela a um passado remoto de glória, que no caso de Portugal foi a época das grandes navegações, para acender o espírito nacionalista.

O Chega projeta uma concepção de democracia de acordo com o pensamento conservador, ancorada em um Estado com forte aparato repressor e de censura da liberdade de expressão. O projeto político é destruir tudo que se construiu a partir da revolução democrática do 25 de abril de 1974 e, por esse motivo, propõe instituir a IV República com base na defesa de um Estado mínimo, sem proteção social, marcado pelo individualismo, pela diminuição da participação e representação e pela mercantilização dos serviços essenciais à vida humana.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. **Estado, políticas e gestão da educação: resistência ativa para uma agenda democrática com justiça social**. RBPAE - v. 36, n. 2, p. 403 - 428, mai./ago. 2020

CHEGA. **PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 93/XIV/1ª - CONTRA A IDEOLOGIA DE GÉNERO NAS ESCOLAS**. São Bento, 20 de novembro de 2019. https://www.parlamento.pt/sites/COM/XIVLeg/8CECJD/Paginas/IniciativasEmComissao_Arquivo.aspx. Acesso em 29 de setembro de 2020

CHEGA. **PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 604/XIV/1.ª:** Recomenda que a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento seja uma unidade curricular opcional. São Bento, 02 de setembro de 2020. https://www.parlamento.pt/sites/COM/XIVLeg/8CECJD/Paginas/IniciativasEmComissao_Arquivo.aspx. Acesso em 29 de setembro de 2020

CHEGA. **70 MEDIDAS PARA REERGUER PORTUGAL**. 2019. Disponível em: https://partidoChega.pt/wp-content/uploads/2019/09/70-MEDIDAS-PARA-REERGUER-PORTUGAL-CHEGA.pdf.

CHEGA. **PROGRAMA POLÍTICO 2019**. Disponível em: https://partidoChega.pt/programa-politico-2019. Acesso em julho de 2020.

CHEGA. **MANIFESTO POLÍTICO FUNDADOR**. Disponível em: https://partidoChega.pt/manifesto/. Acesso em julho de 2020

CHEGA. **DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS E AFINS.** Disponível em: https://partidoChega.pt/declaracao-de-principios. Acesso em julho de 2020.

CONTRA A HIGIENIZAÇÃO ACADÉMICA DO RACISMO E FASCISMO DO CHEGA, Público, Espaço Público, 11 de julho de 2020, p. 07 https://www.publico.pt/2020/07/11/politica/opiniao/higienizacao-academica-racismo-fascismo-Chega-1923953

COUPERUS, Stefan e TORTOLA, Pier Domenico. **El (ab)uso del populismo de derechas del pasado en Italia y en los Países Bajos.** DEBATS · Volumen 133/2 · 2019, pág. 11-25.

LÖWY, Michael. **Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015.

MARCHI, Riccardo. **Movimento Sociale Italiano, Alleanza Nazionale, Popolo delle Libertà: do neofascismo ao pós-fascismo em Itália.** Análise Social, vol. XLVI (201), 2011, 697-717.

MUDDE, Cas e KALTWASSER, Cristóbal Rovira. **Populismo: uma brevíssima introdução**. Lisboa, Gradiva, 2017.

MUDDE, Cas. **O regresso da ultradireita: da direita radical à direita extremista.** Lisboa, Editorial Presença, 2020.

MARCHI, Ricardo. **A nova direita anti-sistema: o caso do CHEGA**. Lisboa, Edições 70. 2020.

MAGALHÃES, Pedro. **Populismo em Portugal: um gigante adormecido**. Jornal Expresso, Sondagens. 01/06/2019. https://expresso.pt/sondagens/2019-06-01-Populismo-em-Portugal-um-gigante-adormecido. Acesso em 02/09/2020.

MOUFFE, Chantal. **O desafio populista**. Revista IHU online, N. 508, ano XVII, 07 de agosto de 2017. 18-23.

RYDGREN, Jens. **The Sociology of the Radical Right.** Annual Review of Sociology 33, 2007, p. 241– 262.

RYDGREN, Jens. **Radical right-wing parties in Europe. What's populism got to do with it?** Journal of Language and Politics 16:4, 2017, p. 485–496.

TAXA, Rodrigo Alves. **Mariana Mortágua, a voz da estupidez**. Publicado em 16 de setembro de 2020. https://partidoChega.pt/mariana-mortagua-a-voz-da-estupidez. Acesso em 24 de setembro de 2020.

NOTAS SOBRE A ULTRADIREITA

etnonacionalismo, género e educação em Hungria, Espanha e Portugal

Almerindo Janela Afonso[9]

RESUMO
Neste texto, pretendo dar conta de uma primeira incursão exploratória sobre a problemática da ultradireita. Adotando a perspetiva de alguns autores, considero que esta designação é a mais adequada para abarcar indistintamente a *extrema-direita* e a *direita radical*, sem ter de entrar numa discussão teórico-conceptual e de análise de práticas, indispensável a quem queira esclarecer a complexidade semântica e as implicações sócio-históricas, axiológicas e políticas que estão associadas à pluralidade de outras designações atuais sobre as *direitas*. A opção foi a de começar a acompanhar, mais de perto, a produção académica (sobretudo política e sociológica) sobre a ação de partidos (na ou fora da governação), genericamente referenciáveis à ultradireita (na Hungria, Espanha e Portugal) de modo a sinalizar algumas singularidades que, na continuidade, deverão ser ampliadas e aprofundadas.
Palavras-chave: Ultradireita, Hungria, Espanha, Portugal

ABSTRACT
In this text, I intend to give an account of a first exploratory incursion into the problematic of the *ultra-right*. Adopting the perspective of some authors, I consider this designation to be the most adequate to encompass the *extreme right* and the *radical right*, without having to enter into a theoretical-conceptual discussion and analysis of practices, indispensable for anyone who wants to clarify the semantic complexity, sociohistorical, axiological and political implications, which are associated with the plurality of other current designations on *rights*. The option was to start following, more closely, the academic production (especially political and sociological) on the action of parties (in or out of government), generically referable to the ultra-right (in Hungary, Spain and Portugal) in order to indicate some singularities that, in continuity, should be expanded and deepened.
Keywords: Far right, Hungary, Spain, Portugal

1 INTRODUÇÃO

[9] Almerindo Janela Afonso, Sociólogo, Doutor em Educação, Professor aposentado do Departamento de Ciências Sociais da Educação da Universidade do Minho, Portugal. Membro do Centro de Investigação em Educação (CIEd). E-mail: ajafonso@ie.uminho.pt. (ORCID: 0000-0001-9879-5814).

Os estudos teórico-conceptuais e pesquisas empíricas sobre os partidos mais à direita da direita tradicional são cada vez mais frequentes. Todavia, a caracterização desses partidos e a sua designação está longe de ser consensual. A questão da terminologia é, aliás, nas palavras de um reconhecido autor, "um dos aspetos mais confusos e frustrantes do debate tanto académico como político" (Mudde, 2020, p. 17). Assim, por exemplo, pode parecer que a expressão é generalizável quando se escreve que "por quase todo o continente europeu vemos o espetacular levante da extrema-direita […]. É a primeira vez, desde os anos 1930, que a extrema-direita alcança tal influência na política europeia" (Löwy, 2015, 652-653). No entanto, a expressão extrema-direita é, tal como outras, suscetível de confusões analíticas ou sobreposições terminológicas e conceptuais. Apenas a título ilustrativo, uma dessas confusões ocorre quando é usada como sinónimo de *nova direita* – expressão que teve grande visibilidade nos anos 1980 quando passou a identificar coalizões entre neoconservadores e neoliberais, as quais, com a participação de partidos tradicionais e no quadro de regimes estáveis de *democracia burguesa*, constituíram *blocos no poder*, inicialmente em países centrais, como a Inglaterra e os EUA. Também na França, já nos anos 60/70, surgira um movimento de ideias bastante influente designado de *nouvelle droite*, cuja génese não teve nada a ver com a *new right* dos países anglo-saxónicos (Keucheyan, 2017), mas que influenciou a *nuova destra* italiana (Marchi, 2011). Também no Brasil, "o termo 'novas direitas' tem sido utilizado em referência a um fenômeno multifacetado e a grupos heterogêneos com princípios e valores conservadores diversos, mas que têm como traço comum o antipetismo" (Teixeira, 2021, p.1)[10]. Existem muitos outros casos em diversos países (ver, entre outros, Cole, 2005). Dou este exemplo, entre outras razões, porque os sinais de emergência de novos movimentos e partidos de extrema-direita são relativamente sincrónicos com o período inicial dos governos da *nova direita* ou da chamada *revolução conservadora.* E mesmo esta teve especificidades que, como lembra Netto (2011), se distanciaram da tradição do conservadorismo clássico, na linha Edmund

[10] Os ataques ao Partido dos Trabalhadores (PT) e a repercussão da crise de 2008 inscrevem-se nos antecedentes que marcam a viragem para a atual governação de ultradireita no Brasil. A este propósito ver, por exemplo, Silva (2016).

Burke e de outros autores Aliás, se no início dos anos 90, se podia escrever que "o que incluir sob a rubrica de Nova Direita permanece um enigma" (Vincent, 1995, p.76), o mesmo poderá hoje dizer-se, com maior propriedade, da proliferação de derivações e *nuances* em torno da extrema-direita. Pretendo, por isso, evitar entrar na complexa análise das especificidades, nomeadamente em relação à tão discutida extrema-direita populista e/ou às diferenças existentes nos ideários e práticas relativos aos movimentos, partidos ou governos que podem ser identificados como sendo de extrema-direita, quer entre países do espaço europeu (ver, a propósito, Löwy, 2015), quer entre partidos políticos no interior do mesmo país (ver, por exemplo, Ferrari, 2020; Therborn, 2021).

Aliás, tendo o populismo uma conotação frequentemente negativa, tanto no senso comum como nos *mass media* que frequentemente o reforçam, entrar neste debate exige mais tempo e maior aprofundamento, sobretudo por causa da ambiguidade semântica do termo e da complexidade que resulta de não haver um populismo como ideologia (ou uma ideologia populista) facilmente identificável, ainda que possa ser afirmado que o populismo é a "ideologia ascendente do século XXI" (Rosanvallon, 2020, p. 18)[11]. De facto, existem vários populismos, nos mesmos ou em diferentes contextos e períodos histórico-sociais, tanto de direita como de esquerda, e há muitas *nuances* nos discursos e nas experiências, mesmo quando se consideram apenas as últimas décadas em que ocorreu o seu ressurgimento como força política (Urbinati, 2013). Como chama a atenção Sheri Berman,

> compreender o aumento do populismo está entre as tarefas mais urgentes que os cientistas sociais e cidadãos preocupados enfrentam hoje. Na pressa de o compreender, muitos anseiam por respostas simples e diretas. Porém, […] essa preferência pela parcimônia levar-nos-á a cometer erros […]. (Berman, 2019).

Se é fácil enredarmo-nos nas questões de terminologia, também é fácil perceber as ambiguidades e os paradoxos quando confrontamos as narrativas pretensamente justificadoras, os discursos apologéticos ou prosélitos e as práticas

[11] O populismo não será uma ideologia, sobretudo se considerarmos que "a ciência política tende a definir classicamente uma ideologia como um sistema coerente de princípios, valores e crenças, desenvolvido racionalmente, que funciona como um elemento agregador de uma determinada comunidade, orientador da sua acção política e, no limite, conformador da sua própria visão do mundo" (CASTELLO-BRANCO, 2013, p. 155).

concretas destes partidos. Por isso, tendo em conta as observações anteriores, farei sobretudo uso de enunciados que considero genericamente referenciáveis à ultradireita, ainda que, como atrás referi, as designações usadas sejam distintas e variem muito consoante os autores e trabalhos convocados. Neste ensaio preliminar, considerarei a designação *ultradireita* como a mais adequada para abarcar indistintamente a *extrema-direita* e a *direita radical*.

2 IDENTIDADES DE GÉNERO NEGADAS OU INSTRUMENTALIZADAS PELA ULTRADIREITA

Como seres humanos plurais, não temos uma única identidade. Temos identidades várias. Auto-designar-se (ou ser designado) como branco, negro ou mestiço, ateu, cristão ou muçulmano, europeu, asiático ou africano, imigrante, exilado ou refugiado, homem, mulher ou *queer*, remete para identidades diversas (as anteriores ou tantas outras) que se fundem, sobrepõem, reforçam, interagem, completam, contradizem, tensionam.

Numa breve revisão da literatura, e no que diz respeito, por exemplo, à identidade de género, constatava-se que até muito recentemente ainda eram escassas as pesquisas sistemáticas e estruturadas sobre as visões (e versões) que a este propósito têm os partidos de ultradireita e, nomeadamente, os de direita radical populista (Akkerman, 2015). Embora essa constatação esteja a mudar (ver, por exemplo, Donà, 2020), essas pesquisas contrastam com a maior centralidade que tem sido dada à índole autoritária destes partidos, às suas insistentes e exacerbadas reivindicações de etnonacionalismo ou às posições mais xenófobas e de anti-imigração. As questões de género, quando são explicitamente referenciadas, andam frequentemente associadas à contestação da imigração. Essa contestação é direcionada sobretudo para algumas nacionalidades, culturas e religiões, as quais, não raras vezes, são recebidas com desconfiança e animosidade. Por exemplo, atitudes contra imigrantes muçulmanos são muitas vezes justificadas e ampliadas pelos partidos de ultradireita aproveitando a condição de subalternização e discriminação das mulheres por parte dos fundamentalistas islâmicos, e

considerando-as como sintoma de atraso das culturas não-ocidentais face à cultura eurocêntrica. A este propósito, e sem prejuízo de outras leituras, vale a pena lembrar que muitas afirmações e representações sociais são fortemente estereotipadas, revelando, não raras vezes, o que Ramón Grosfoguel designa de "islamofobia epistémica". E acrescenta:

> As epistemologias 'não ocidentais' que definem os direitos e a dignidade humana em termos diferentes do Ocidente são vistas como inferiores às definições hegemónicas 'ocidentais' e, portanto, excluídas da conversação global sobre essas questões (GROSFOGUEL, 2011, p. 353).

Se isso é uma mera estratégia instrumental para alcançar certos objetivos, ou não, valerá a pena aprofundar. Mas o fato é que as questões de género surgem de forma aparentemente inesperada e até contraditória com outros valores e princípios, na medida em que para alguns partidos de ultradireita (sobretudo populista) a defesa da igualdade de gênero e da autonomia feminina coexiste com as posições anti-islâmicas (Akkerman, 2015). De igual modo, tendo em consideração que muitos países islâmicos condenam de forma veemente qualquer afirmação de identidade de género não binária, há também partidos europeus de ultradireita que a defendem e aceitam. Como diz em entrevista Enzo Traverso, referindo-se aos membros da *Front National*,

> […] por um lado, desejam preservar as raízes cristãs da França e da Europa contra a 'invasão' islâmica; por outro, fingem defender os direitos humanos (às vezes até de mulheres e gays) contra o obscurantismo islâmico (ALLEN e CORTES, 2019 online).

Esta ambiguidades e contradições acentuam-se ainda mais se considerarmos que os partidos políticos, em geral, e os partidos de ultradireita, em particular, não deixam de explorar as tensões e contradições que existem nas próprias comunidades muçulmanas (e certamente em outras também) relativamente, por exemplo, à existência de movimentos LGBTQ+ que, no interior e exterior de países islâmicos, reivindicam a expressão e reconhecimento de diferentes identidades de género (para uma análise destes movimentos, ver, por exemplo, Fernández García, 2018). Não admira, portanto, que os partidos de ultradireita aproveitem pragmaticamente essas

contradições, apregoando e defendendo, eles mesmo, valores contraditórios (Neubauer Esteban, 2019).

Os estereótipos de género também transparecem noutras situações, como acontece com a crescente liderança de mulheres em partidos ou movimentos de ultradireita. Em algumas situações já analisadas, a linha mais dura de um partido de ultradireita (fortemente hierárquica e patriarcal), mesmo não abdicando das posições mais extremadas, tende a esperar que a presença e eventual liderança das mulheres suavize a imagem externa e induza adesões, fazendo com que “as agendas radicais parecerem mais convencionais e aceitáveis para o público em geral, sem mudar o núcleo nativista e autoritário dessas agendas” (Ben-Shitrit; Elad-Strenger & Hirsch-Hoefler, 2021, p.2).

Entre muitos outros aspetos que seria possível sinalizar, o direito à educação das crianças e jovens refugiados e a sua plena integração nos sistemas educativos nacionais tem igualmente sido dificultada pela extrema-direita europeia, que alimenta, também nestes casos, atitudes xenófobas e discriminatórias a que se juntam as críticas à emigração e a islamofobia (Neubauer Esteban, 2020).

Existe naturalmente uma tensão entre valores conservadores, como a defesa da família, e valores liberais como o reconhecimento do direito de escolha dos indivíduos. São partidos com faces de Janus – o que para alguns autores não significa que sejam ideologicamente incoerentes porque “em grande medida, os partidos de direita radical populista adaptaram as visões conservadoras aos contextos liberais e democráticos dos países da Europa Ocidental (Akkerman, 2015, p. 56) ou, dito de uma forma mais geral, “a ideologia da extrema-direita não é estática, mas, dentro de certos limites, evolui e molda-se de acordo com o contexto” (Zúquete, 2011, p. 654).

Tendo em conta que se observa, pelo menos desde os anos 80, a emergência e difusão de movimentos de ultradireita (ou seja, de extrema-direita e de direita radical populista) em vários contextos nacionais, considerarei aqui apenas três países europeus, um com um regime hibrido, com especificidades ainda não muito bem caracterizadas (Hungria), e dois com regimes democráticos (Espanha e Portugal), os quais referirei muito sucintamente e a título de exemplo

3 HUNGRIA, ESPANHA E PORTUGAL: A ULTRADIREITA E AS REFERÊNCIAS À EDUCAÇÃO

No contexto da União Europeia (UE), as políticas *austeritárias* justificadas pela crise económico-financeira de 2008 e, mais tarde (2015), pela *crise dos refugiados*, entre outros acontecimentos, facilitaram a emergência ou reforçaram movimentos de desdemocratização já existentes, em países diferentes. No caso da Hungria, a má vontade e rejeição que o atual governo tem demostrado em relação aos refugiados não revela apenas a índole política de ultradireita que o sustenta, como contrasta de forma paradoxal com a forma humanitária como os refugiados húngaros foram tratados e acolhidos noutros países depois da invasão em 1956 pela então União Soviética (Tavares, 2021, p.48). Há, por isso, que ter em conta que, para além das características comuns a partidos e movimentos de ultradireita, as especificidades e fatores nacionais contam. Agnes Heller, em relação à situação atual na Hungria, refere "a falta de tradição democrática, a decepção de muitos cidadãos depois do advento desse sistema político, os erros dos governos ou a fracassada tentativa de golpe de Estado em 2006" (Heller, 2019). Esta prestigiada filósofa húngara, sugere ainda que o regime de Viktor Orbán não se encaixa facilmente em nenhuma das caracterizações habituais, pelo que será mais adequado entendê-lo como uma "nova modalidade de tirania".

De acordo com a proposta inicial deste texto, eu proponho tratá-lo, genericamente, como um governo de ultradireita, que tem vindo a minar os valores democráticos liberais e a agenda global e europeia dos direitos humanos, com discursos de um conservadorismo reacionário e apelos ao etnonacionalismo exacerbado, tendo tido bastante sucesso eleitoral nomeadamente ao incutir na população o medo aos imigrantes (Bíró-Nagy, 2021), e ao fazer ataques frequentes à (chamada) ideologia de género e aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Há poucos anos, o governo (que tem interferência direta nas universidades) já tinha proibido os estudos de género. E, possivelmente, a perseguição que o regime tirano de Orbán tem feito às questões de género não parece ser uma simples obsessão

conservadora, constituindo, antes, um eixo estruturante das políticas iliberais (sobre este assunto ver, por exemplo, Grzebalska & Pető (2018).

Recentemente, tornaram-se mais explícitas as tensões com a UE (ainda não resolvidas) pelo facto de o governo húngaro aprovar uma lei homofóbica proibindo conteúdos curriculares sobre a expressão e reconhecimento de identidades LGBT+ nas escolas públicas. Levanta-se, aliás, a este propósito, a dúvida se a UE tem mesmo um efetivo poder normativo para fazer respeitar as orientações que define – expectativa que neste momento é muito alta (julho de 2021). Caso esse poder não seja suficiente, isso continuará a facilitar a adoção de estratégias contra a democracia e a igualdade de género, não apenas na Hungria, mas também noutros países europeus, e com repercussões a nível global (Vida, 2019).

Embora, na atual conjuntura, essas tensões estejam mais presentes e percetíveis, há quem sinalize como estranha a ambiguidade existente nas políticas educativas da Hungria quando, por um lado, se referenciam a orientações de organizações como a UNESCO e a União Europeia, entre outras, e, por outro, se justificam como prerrogativa exclusiva do Estado nacional. Como escreve Fehérvári (2017, p. 48), neste país, “embora os princípios e a abordagem internacionais dominem o planeamento estratégico, a legislação segue os princípios nacionais”. Esta constatação – que pode ser o efeito de um ou vários mecanismos e possibilidades quando se analisam as políticas educativas nacionais e a ação das organizações internacionais e supranacionais (ver, por exemplo, Dale,1999) –, parece, neste caso, ter como particularidade o facto de ser estrategicamente intencional e congruente com o jogo político que caracteriza o regime híbrido de Orbán.

No caso da Espanha, a emergência de movimentos de ultradireita era pouco visível, pelo menos até pouco antes da primeira década deste século. As razões apontadas para essa exceção parecem ter plausibilidade:

> […] o vínculo excessivo que a extrema direita espanhola manteve com o legado do regime de Franco, a relativa juventude do sistema democrático espanhol, a não consolidação da imigração como um eixo de enfrentamento político de primeira ordem e a monopolização do potencial espaço eleitoral da direita radical populista pelo partido hegemônico de direita espanhola (o Partido Popular) (HERNÁNDEZ-CARR, 2011, p. 141)

Sendo a versão espanhola de “um fenômeno reacionário e autoritário que se instalou a nível global, não é menos verdade que o Vox tem também características peculiares que dependem da história espanhola e do contexto político” (Urbán, 2019, p.3). O Vox surge em 2013, precisamente de uma cisão no interior do Partido Popular, e embora se apresentasse inicialmente de uma forma bastante ambígua em termos político-ideológicos foi clarificando o seu posicionamento e assumindo posições mais radicais, nomeadamente ao defender “a revogação das ‘leis de gênero’” e ao assumir “a defesa da unidade da Espanha”, como dois pressupostos básicos comuns à agenda da ultradireita: as questões de género e a soberania nacionalista (Ferreira, 2019). A isso se junta, uma vez mais, uma posição anti-imigração, conjugada numa fórmula que se poderá traduzir por “nacionalismo antimuçulmano *genderizado*” (anti-Muslim gender nationalism) (Bernardez-Rodal; Requeijo Rey & Franco, 2020, online).

O Vox, que tem uma faceta claramente favorável à economia liberal e às lógicas de mercado, propõe-se apoiar o direito de escolha dos pais em relação à educação escolar, nomeadamente através da utilização dos cheques-ensino, querendo também instituir o consentimento expresso daqueles sempre que estiver em causa a participação dos filhos em qualquer atividade com “conteúdos éticos, sociais, cívicos, morais ou sexuais”. Muitas outras questões para a educação não são novidade neste tipo de partidos, desde a defesa dos exames nacionais, à autoridade dos professores, à meritocracia e excelência académica.

Aliás, se considerarmos o conteúdo do *manifiesto fundacional* do Vox, a retórica no que diz respeito à educação é amplamente conhecida, não sugerindo qualquer medida distinta daquelas que a *nova direita* propôs e defendeu há algumas décadas atrás no período da chamada *revolução conservadora* e no quadro de sistemas institucionais consolidados e habituados à alternância democrática (ver, a este propósito, Vox, 2014).

Por outro lado, o facto de o Vox pretender dar prioridade (ou mesmo exclusividade) aos cidadãos nacionais em termos de políticas sociais e de apoio para a educação – como, por exemplo, o querer “implantar um generoso e exigente sistema de bolsas de estudo para las famílias com menos recursos” (Vox, 2018, online) – pode ser entendido como aquilo que alguns autores, noutras situações, já designaram como

chauvinismo de bem-estar, e que eu interpreto aqui como uma mistura de etnonacionalismo exacerbado e de *semi-ou-lúmpen-Estado-providência*[12].

De qualquer modo, independentemente das designações usadas, é necessário perceber as causas e consequências políticas do fato de se verificar atualmente uma tendência discursiva em alguns partidos de ultradireita para aproveitar um certo vazio, deixado pela esquerda, para apregoar e revindicar políticas sociais para setores populares. Mas esta posição, mais uma vez, não pode ser generalizada, como mostra, *a contrario sensu*, o caso do partido Chega que tem atacado fortemente a comunidade cigana portuguesa a quem imputa uma "alta taxa de subsidiodependência" pelo fato de, supostamente, um elevado número de indivíduos e famílias desta etnia receber o *rendimento social de inserção*.

Continuando no que diz respeito a Portugal, dois cientistas políticos referiam, ainda há poucos anos, que a extrema-direita e o populismo de direita não tinham, na Península Ibérica, qualquer relevo eleitoral, embora já houvesse "espaço político para essas tendências" (Neto; Gonçalves & Marchi, 2016, p. 231). Com efeito, uma análise retrospetiva, ainda que breve, desde a Revolução dos Cravos, mostra que houve momentos diversos e descontínuos em que setores sociais e políticos, mais ou menos próximos da extrema-direita, tentaram organizar-se como movimento, ou mesmo como partido político. De uma direita que emergiu do antigo regime salazarista com dimensões autoritárias e fascistas (situo-me aqui entre os critérios de Juan Linz, 2015 e os de Fernando Rosas, 2019), e que se queria herdeira do antigo império colonial, passando pela criação, já em meados dos anos 80, do *movimento de acção nacional* que assentava numa certa fusão entre identidade ultranacionalista e racismo neonazi (Marchi, 2010). E ainda antes do atual Partido Chega, pode ser referenciado o surgimento do que veio a ser o Partido Nacional Renovador. Este foi um partido de direita que teve alguma expressão pública entre 2000 e 2009, embora tenha tido incipiente votação nas eleições legislativas, europeias e autárquicas a que concorreu. Acontecimentos vários, como a aproximação a grupos de *skinheads*, a influência da *Front National* francesa e outras iniciativas controversas e antissistema, não tiveram

[12] Esta última expressão foi em tempos usada por Boaventura S. Santos para caracterizar o frágil desenvolvimento do Estado-providência português, no final dos anos 70.

acolhimento suficiente e repercutiram negativamente na sua consolidação. Com efeito, "se a exposição pública permitiu ao partido sair do anonimato e adquirir uma visibilidade nunca antes conseguida por uma força nacionalista, a proximidade aos grupos mais radicais acabou por produzir um efeito de deslegitimação e determinar a estagnação da sua actividade política" (Mourão da Costa, 2011, p. 785).

Uma década depois, em 2019, ocorre o surgimento formal do Partido Chega. Seguindo a proposta de alguns autores – que definem como sendo de direita radical os partidos que no essencial assumem os princípios e valores do nativismo (nacionalismo e xenofobia) e do autoritarismo – o Chega é um partido de direita radical. Isto se considerarmos apenas o que está expresso em termos de programa e estatutos, ou seja, o que diz respeito às propostas políticas e à ideologia. Numa análise mais demorada, isso deverá ser confirmado ou infirmado através de outros critérios, como a reconstituição das origens ou os vínculos internacionais com partidos ou movimentos idênticos (ver, a este propósito, Mair & Mudde, 1998). Na análise de Marchi,

> O Chega continua a ser apontado, também nalguns meios académicos, como um partido racista, fascista, perigoso para a democracia portuguesa. A análise da cultura política dos seus fundadores, dos programas políticos do partido, da estratégia discursiva do seu líder […], dos anseios da sua base de apoio, expressos principalmente através das redes sociais, enquadram o partido claramente na família política do populismo de nova direita radical (MARCHI, 2020b, p. 214).

No seu último livro publicado em português sobre o partido Chega, este autor utilizou muitas informações endógenas e sem contraditório que levantaram várias objeções, nomeadamente no âmbito da comunidade das ciências sociais. Na parte referente à educação, entre outras ideias, encontramos críticas à "ideologização do ensino público" e, em consonância, referência ao propósito de "despolitizar o ensino, garantindo que sejam as famílias as fontes primárias de transmissão de valores sociais às crianças" (Marchi, 2020a, p. 169). No Programa de 2019, por exemplo, especifica-se a "proibição da propaganda da agenda LGBTI no sistema de ensino", "o fim da aplicação das ideologias de inclusão e ideologia de género", a defesa do cheque-ensino para os pais poderem "escolher a melhor opção educativa para os sues filhos", a introdução de bolsas de estudo "atribuídas ao mérito, para todas as

fases da vida académica de alunos economicamente carenciados", a criação de medidas legais para permitir que os pais/encarregados de educação possam impedir a "frequência de aulas que atentem contra os princípios e valores morais e religiosos que perfilham, quer no sistema oficial de ensino quer em qualquer outro", etc. (cf. Chega 2019). Estas propostas, como facilmente se pode perceber, não apresentam nenhuma novidade ou criatividade, tendo muitas semelhanças com propostas de outros partidos, nomeadamente com o Vox. No entanto, a convergência de certas orientações (não apenas a nível nacional, mas também a nível internacional) não deixa de reforçar a capacidade destes partidos. E isso deve motivar-nos para uma compreensão mais sistemática destes ideários da ultradireita para que não se instale o vazio das alternativas contra-hegemónicas.

4 CONCLUSÃO

Sugiro, a terminar, mesmo tendo razões que podem ser muito contraditórias, que se pense na seguinte afirmação deste sociólogo e conhecido *opinion-maker*:

> O Chega, por enquanto, é um conjunto de fantasias hipertrofiadas […]. E vive muito do medo que os democratas e as esquerdas têm da direita e da extrema-direita, do fascismo, dessas coisas do passado. Mas também vive dos defeitos dos democratas e da esquerda. E cada vez que – na justiça, na educação, na saúde, na igualdade – as esquerdas ou os democratas cometem erros ou têm defeitos, o Chega aparece" (Barreto, 2021).

Como referi inicialmente, este texto é um *work in progress*, e é como tal que deve ser analisado.

REFEFÊNCIAS

AKKERMAN, Tjitske. Gender and the radical right in Western Europe: a comparative analysis of policy agendas, **Patterns of Prejudice**, 49 (1-2), p. 37-60, 2015. DOI:10.1080/0031322X.2015.1023655

ALLEN, Nicolas, CORTES, Martín. Fascisms Old and New – What does fascism mean in the twenty-first century? [Interview with Enzo Traverso]. **Europe Solidaire sans Frontières,** 6 Feb, 2019. http://www.europe-solidaire.org/spip.php?article47752

BARRETO, António. A ideia de tentar ilegalizar o Chega é totalmente estúpida e irracional. Entrevista de Joana Petiz e Pedro Pinheiro. **Diário de Notícias** /TSF, 06 de fevereiro, 2021. https://www.dn.pt/politica/a-ideia-de-tentar-ilegalizar-o-chega-e-totalmente-estupida-e-irracional-13324388.html

BEN-SHITRIT, Lihi; ELAD-STRENGER, Julia & HIRSCH-HOEFLER, Sivan. 'Pinkwashing' the radical-right: Gender and the mainstreaming of radical-right policies and actions. **European Journal of Political Research**, 2021. doi: 10.1111/1475-6765.12442

BERMAN, Sheri. Populism and the embrace of complexity. **Social Europe**. 2019. https://socialeurope.eu/populism-and-complexity

BERNARDEZ-RODAL, Asuncion; REQUEIJO REY, Paula & FRANCO, Yanna G. Radical right parties and anti-feminist speech on Instagram: Vox and the 2019 Spanish general election. **Party Politics**, p. 1–12, 2020. https://doi.org/10.1177/1354068820968839

BÍRÓ-NAGY, András. Orbán's political jackpot: migration and the Hungarian electorate, **Journal of Ethnic and Migration Studies**, p. 1-20, 2021. https://doi.org/10.1080/1369183X.2020.1853905

BOZÓKI, András & HEGEDŰS, Dániel. An externally constrained hybrid regime: Hungary in the European Union. **Democratization**, 25(7), p. 1173-1189, 2018. https://doi.org/10.1080/13510347.2018.1455664

CASTELLO-BRANCO, José Tomaz. Conservadorismo. In J. Cardosos Rosas & A. Rita Ferreira (Org.). **Ideologias Políticas Contemporâneas. Mudanças e Permanências**. Coimbra: Almedina, p. 155-176, 2013.

CHEGA. **Programa Político do Chega 2019**. Disponível em: https://partidochega.pt/programa-politico-2019/. 2019. Acesso em 30 de jul. 2021

COLE, Alexandra. Old right or new right? The ideological positioning of parties of the far right. **European Journal of Political Research** 44 (2), p. 203–230, 2005.

DALE, Roger. Specifying globalization effects on national policy: a focus on the mechanisms, **Journal of Education Policy**, 14(1), p. 1-17, 1999. https://doi.org/10.1080/026809399286468

DONÀ, Alessia (2020). What's gender got to do with populism? European Journal of Women's Studies, 27(3), 285-292.

FEHÉRVÁRI, Anikó. Management of Social Inequalities in Hungarian Education Policy. **Italian Journal of Sociology of Education**, *9*(2), p. 25-54, 2017. doi: 10.14658/pupj-ijse-2017-2-3

FERNÁNDEZ GARCÍA, Daniel A. Islamofobia queerizada y resistencias musulmanas queer en tiempos de homonacionalismo. **Revista de Estudios Internacionales Mediterráneos**, 24, p. 71-88, 2018. https://doi.org/10.15366/reim2018.24.005

FERRARI, Saverio. Neofascismo, extrema direita e racismo hoje. **Crítica Marxista**, n. 50, p.143-150, 2020.

FERREIRA, Carles. Vox como representante de la derecha radical en España: un estudio sobre su ideología. **Revista Española de Ciencia Política**, 51, p. 73-98, 2019. https://doi.org/10.21308/recp.51.03

GROSFOGUEL, Ramón. Racismo epistémico, islamofobia epistémica y ciencias sociales coloniales. **Tabula Rasa**,14, p. 341-355, 2011.

GRZEBALSKA, Weronika; PETŐ, Andrea. The gendered modus operandi of the illiberal transformation in Hungary and Poland. **Women's Studies International Forum**, 68, p. 164–172, 2018. https://doi.org/10.1016/j.wsif.2017.12.001

HELLER, Ágnes. Por que a Hungria se rendeu ao extremista Orbán e como controlar o ensino é essencial para seu projeto. **El País**, 23 de maio 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/18/actualidad/1555585620_542476.html. Acesso em 30 de jul. 2021

HERNÁNDEZ-CARR, Aitor. La derecha radical populista en Europa: discurso, electorado y explicaciones. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas, n.** 136, 2011, p. 141-160, 2011.

KEUCHEYAN, Razmig. Alain de Benoist, du néofascisme à l'extrême Droite. Enquête sur une *success story* intellectuelle. **Revue du Crieur**, 1 (6),p. 128-143, 2017. https://www.cairn.info/revue-du-crieur-2017-1-page-128.htm

LINZ, Juan. **Autoritarismo e Democracia**. Lisboa: Livros Horizonte, 2015.

LÖWY, Michael. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015. https://doi.org/10.1590/0101-6628.044

MAIR, Peter; MUDDE, Cas. The party family and its study. Annual Review of Political Science, 1, p. 211-229, 1998.

MARCHI, Riccardo. At the toots of the new right-wing extremism in Portugal: The National Action Movement (1985-1991). **Totalitarian Movements and Political Religions,**11(1), p. 47–66, 2010.

MARCHI, Riccardo. *Movimento Sociale Italiano*, *Alleanza Nazionale*, *Popolo delle Libertà*: do neofascismo ao pós-fascismo em Itália. **Análise Social**, vol. XLVI (201), p. 697-717, 2011.

MARCHI, Riccardo. **A Nova Direita Anti-Sistema**. O caso do Chega. Lisboa: Edições 70, 2020a.

MARCHI, Riccardo. O novo partido Chega no âmbito da direita portuguesa. In António Costa Pinto e Fabio Gentile (orgs.) **Populismo:Teorias e casos** [Fortaleza: Edmeta, p. 200-2019, 2020b.

MOURÃO DA COSTA, José. O Partido Nacional Renovador: a nova extrema-direita na democracia portuguesa. **Análise Social**, vol. XLVI (201), p. 765-787, 2011.

MUDDE, Cas. **O Regresso da Ultradireita. Da direita radical à direita extremista**. Queluz de Baixo: Presença, 2020.

NETO, Odilon Caldeira; GONÇALVES, Leandro Pereira; MARCHI, Riccardo. Entrevista - Radicalismo na política: reflexões com António Costa Pinto e André Freire. **Oficina do Historiador**, *9*(1), p. 228-236, 2016. https://doi.org/10.15448/2178-3748.2016.1.24427

NETTO, Leila Escorsim. **O Conservadorismo Clássico**. Elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

NEUBAUER ESTEBAN, Adrián. La agenda educativa de los partidos políticos europeos de extrema derecha. In F. Javier Murillo y Manuela Mesa (coords). **Actas del I Congreso Internacional Derechos Humanos, Democracia, Cultura de Paz y No Violencia.** Madrid: Demospaz, p. 138-141, 2019.

NEUBAUER ESTEBAN, Adrián. El derecho a la educación de los menores refugiados y solicitantes de asilo desde el enfoque basado en los derechos humanos: dificultades, finalidad e intervención educativa**. Revista Española de Educación Comparada**, n. 35, p. 70-91, 2020.

ROSANVALLON, Pierre. **El Siglo del Populismo. Historia, teoria, crítica**. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2020.

ROSAS, Fernando. **Salazar e os Fascismos**. Lisboa: Tinta da China,2019.

SILVA, Ilse Gomes. A agenda conservadora assume o centro na cena política no Brasil. **Lutas Sociais**, 20(36), p. 140-150, 2016.

TAVARES, Rui. Quando os refugiados não eram um problema irresolúvel. **Jornal Público**, Ano XXXII, n.11.415, p. 48, 2021

TEIXEIRA, Marco António. Movimentos sociais populares em tempos de ascensão das novas direitas: a Marcha das Margaridas. *Caderno CRH*, 34,p. 1-17, 2021.

THERBORN, Göran. Suecia: líneas rojas. **Sin Permiso**. 2019. Disponível em: https://www.sinpermiso.info/autores/goran-therborn. Acesso em 28 de jul. 2021

URBÁN, Miguel. La emergência de VOX. 2019. Disponível em: https://vientosur.info/la-emergencia-de-vox-15360/. Acesso em 28 de jul. 2021

URBINATI, Nadia. The populista phenomenon. *Raisons Politiques*, 3(51), p. 137-154, 2013.

VIDA, Bianka. New waves of anti-sexual and reproductive health and rights strategies in the European Union: the anti-gender discourse in Hungary. **Sexual and Reproductive Health Matters**, 27(2), p. 13-16, 2019. https://doi.org/10.1080/26410397.2019.1610281

VINCENT, Andrew. **Ideologias Políticas Modernas**. Rio: Zahar, 1996.

VOX. **Manifiesto Fundacional**. 2019. Disponível em: https://www.voxespana.es/espana/manifiesto-fundacional-vox. Acesso em 27 de jul. 2021.

VOX. **100 medidas para la España viva**. 2018. Disponível em: https://www.voxespana.es/noticias/100-medidas-urgentes-de-vox-para-espana-20181006. Acesso em 28 de jul. 2021

ZÚQUETE, José Pedro. Novos tempos, novos ventos? A extrema-direita europeia e o Islão. **Análise Social**, vol. XLVI (201), p. 653-677, 2011.

O EXTREMO FALSO: fascismo democrático e a ideologia do politicamente correto

Saulo Pinto[13]

RESUMO
Tem-se como objetivo desnudar o fascismo democrático como extremo falso. Para isso, retoma-se Hegel e sua ideia de dessemelhança para elaborar que a lacuna objetiva produzida pelo metabolismo não pode ser resolvida pelo Estado. Assim, o 'politicamente correto' é pensado como uma ideologia funcional ao fascismo democrático e que atua

[13] Doutor em Políticas Públicas. Professor de economia política do Departamento de Economia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: saulo.pinto@ufma.br.

como deslocamento dos problemas mais fundamentais. A solução proposta é que devemos acelerar a catástrofe da civilização capitalista.
Palavras-chave: Fascismo democrático. Extremo falso. Politicamente correto.

ABSTRACT
The aim is to expose democratic fascism as a false extreme. For this, Hegel and his idea of dissimilarity are taken up again to elaborate that the objective gap produced by metabolism cannot be solved by the State. Thus, the 'politically correct' is thought of as an ideology that is functional to democratic fascism and acts as a displacement of the most fundamental problems. The proposed solution is that we must hasten the catastrophe of capitalist civilization.
Keywords: Democratic fascism. Extreme false. Politically correct.

1. INTRODUÇÃO: HEGEL, POPULAÇA E TRANSTORNO

Parece estranho começar por Hegel, ainda mais quando o objeto da argumentação é intentar elaborar o fascismo como extremo falso. No entanto, o que permite o aparecimento do fascismo democrático é justamente a produção da lacuna subjacente à modernidade capitalista. A lacuna experimentada – que é sempre uma falta ou perda – que aqui tratamos é a lacuna objetiva, inscrita no metabolismo social existente. Nesse sentido, a lacuna objetiva é aquilo que diz respeito ao curto-circuito entre as partes e a formação do Todo abrangente. Ao contrário do que se pensa, não foi primeiro Marx, mas Hegel, quem percebeu a inconsistência do metabolismo social capitalista. Sabemos, contudo, que a radicalidade da apreensão e da crítica separa Marx de Hegel, ao mesmo tempo que é constitutiva de uma matriz originária comum. Enquanto Hegel buscou encontrar uma solução estatal universal, Marx radicalizou a negatividade própria ao metabolismo na direção de uma transcendência positiva do sistema como um todo.

A descoberta de Hegel foi justamente ter percebido que o curto-circuito entre as partes e o Todo era resultado de um excesso constitutivo do metabolismo, pois o "sistema de carecimentos" – que em linguagem pós-hegeliana pode ser traduzido como o sistema econômico mercantil – produz o conflito permanente entre a "*acumulação de riquezas*, de uma parte" e a "*dependência* e a *miséria* da classe" (HEGEL, 2010, p. 222, grifos do original) que tem sua reprodução assegurada pelo trabalho alienado. Trata-se, então, de uma distribuição desigual da liberdade e da

igualdade entre as partes constitutivas do Todo social. A lição hegeliana primordial é que o excesso concentrado de um lado é assimétrico ao excesso que é formado do outro. Mas o outro excessivo como resultado do "sistema de carecimentos" configura uma dupla falta: (1) falta como miséria acumulada (pobreza, privação etc.) e (2) falta como parte (objetivamente constitutiva) que não tem parte no corpo social.

Nesse ponto, *Žižek re*traduz Hegel sugerindo que a noção de "desigualdade" seja imediatamente substituída pela ideia de "dessemelhança". Ele diz que "naquilo que carrega de mais elementar, 'dessemelhança' aponta para um Todo cujas partes não se encaixam, de modo que o Todo surge como um composto artificial, com sua unidade orgânica perdida para sempre". *Žižek* insiste que "as partes, na verdade, não são indissociáveis: o que é ofuscado é que, fundamentalmente, há apenas um elemento e sua lacuna (o vazio daquilo que falta a esse elemento, sua contraparte simétrica), e o segundo elemento é um intruso heterogêneo que preenche a lacuna" (*ŽIŽEK, 2016, pp. 05-06). A solução de Hegel foi tentar sustentar um composto orgânico como capaz de garantir a realização do "fim egoísta" no "direito de todos" (HEGEL, 2010, p. 189). Não é preciso dizer que a solução hegeliana fracassou em tentar coibir o transtorno social explosivo subjacente ao metabolismo social existente.*

O limite de Hegel está na descoberta da "populaça", cuja situação melancólica estava na "perda do sentimento do direito, da retidão e da honra de substituir mediante atividade própria e trabalho próprio" (HEGEL, 2010, p. 223). Ele foi capaz de indicar que a população não é apenas uma imanência, mas uma disposição de luta contra a situação que a produziu. É Marx que vai além da mera constatação e apresenta uma solução radical de transcendência positiva do sistema dominante, que obviamente Hegel jamais imaginou propor. Marx transformou o transtorno social identificado por Hegel em uma poderosa teoria capaz de produzir o efeito transformativo emancipatório. Seja como for, o importante aqui é pensar que hoje o fascismo democrático – como atualização do fascismo propriamente dito – é resultado do colapso da democracia. No entanto, ele aparece manipulando diretamente o sentimento popular autêntico de ressentimento contra o sistema dominante. Como a injustiça econômica é algo próprio ao metabolismo social capitalista, ela não pode – por razões propriamente ontológicas – ser reformada, mas apenas manipulada. É isso

que o fascismo democrático propriamente faz: manipula e distorce a situação objetiva de dominação, exploração e humilhação experimentada pela maioria das pessoas comuns, utilizando o que está recalcado como fator produtivo de sua máquina ideológica de guerra.

O que precisamos perceber é que a solução fascista não representa nenhum antagonismo substancial ao sistema dominante. Ao contrário, uma alternativa ao campo dominante precisa partir do extremo oposto, ou seja, somente aqueles que "não tem lugar: a de uma parte dos que não têm parte" (RANCIÈRE, 2018, p. 43), podem verdadeiramente representar uma solução transcendente ao que temos hoje. É nesse sentido que o fascismo democrático será considerado uma distorção. A realidade agora é sua realidade como forma de mundo. A noção de extremo falso permite que pensemos o fascismo como uma variação do mesmo mundo que produziu o liberalismo como forma de vida. Na verdade, estamos tratando do mesmo mundo e suas dissidências. Trata-se de superar não apenas suas formas dissidentes plurais, mas a forma única de mundo. O problema decisivo não é o transtorno ingovernável, mas o parâmetro de normalidade com o qual o transtorno aparece como distúrbio. É por isso que é tão necessário desmontar o extremo falso.

2. O FASCISMO DEMOCRÁTICO COMO EXTREMO FALSO

O axioma da dessemelhança desnudado por Hegel salienta a profunda e irreformável desigualdade existente (produzida e reproduzida) no capitalismo. A função da democracia liberal – que representa todo o sistema político dominante – é impedir que a dessemelhança seja traduzida no campo aberto da política. Isso significa que a democracia como "semblante" do capitalismo objetiva impedir que a dessemelhança apareça como uma gramática de conflitos incontornável. A polarização política é um efeito importante da politização, mas ela pode aparecer como pura distorção. István Mészáros já havia sentenciado que a "polarização é a regra objetiva; '*reconciliação*' (sem mudar de maneira significativa o terreno social dessa polarização), o remédio sonhado" (MÉSZÁROS, 2009, p. 133, grifos do original). O impasse está no conteúdo objetivo da alternativa de reconciliação. O

fascismo democrático é expressão da polarização dentro do sistema dominante e, portanto, pode ser pensado como um tipo de extremo falso.

O que temos que perceber é que a retomada de posições de extrema direita no capitalismo contemporâneo diz respeito ao colapso – embora seja provisório – do sistema político dominante. E esse, paradoxalmente, é o problema. Da mesma maneira que existe uma tendência à concentração econômica dentro do capitalismo, como indicou Marx, no campo da política há uma tendência dominante ao oligarquismo. A similitude existe em razão da relação estrita que existe entre o econômico e o político. É uma relação de determinação e de autonomia relativa. Por isso podemos verificar alguma discordância no que diz respeito à temporalidade pela qual os efeitos e suas derivações se manifestam. A "polarização é a regra objetiva", como salienta Mészáros, mas sua manifestação é absolutamente indeterminada. Nesse sentido, podemos dizer que há duas formas decisivas de polarização política: (1) a polarização em conformidade ao sistema dominante e (2) a polarização transcendente ao próprio sistema. Enquanto a primeira busca produzir um tipo de reconciliação meramente política – que, grosso modo, pode representar apenas uma maneira de manipulação ideológica –, a segunda polariza no próprio campo-limite que desestabiliza o campo dominante.

Com efeito, o tempo presente conseguiu unificar os diagnósticos de Marx e Hobbes quanto à natureza do colapso. Maurizio Lazzarato diz que "a crise e o medo constituem o horizonte insuperável da governamentalidade capitalista neoliberal" (LAZZARATO, 2017, p. 11). Ou seja, estamos diante de uma forma de vida-mundo que distribui medo correspondente a cada variação da crise. A política hoje é circulação da forma como somos afetados. Assim, a crise e suas variações mais ou menos sistêmicas são fatores produtivos que são mobilizados pelas alternativas políticas. É daí que Hobbes reaparece monstruosamente, pois o processo político preponderante produz "o medo como afeto político" (SAFATLE, 2016, p. 17). Diante da crise e da insegurança generalizada, o que temos é distribuição de medo, culpa e desamparo. A distância entre a elite governante e os governados, o insumo da corrupção e da desconfiança em relação ao sistema político etc., são fatores

fundamentais que produzem um curto-circuito decisivo na estabilidade da hegemonia dominante[14].

A esperança fracassa, pois a dessemelhança não é eliminada do metabolismo apenas por decisões legislativas. O que temos que traduzir é que a crise do sistema político – a democracia como "semblante" – é a própria crise do funcionamento incorrigível do metabolismo que não pode se reproduzir sem a produção contínua da dessemelhança. O fascismo democrático aparece como uma reação ideológica capaz de mobilizar a frustração e o ressentimento que foram constituídos em razão da decadência do sistema político dominante em garantir o consenso necessário à reprodução do sistema como um todo. É por isso que diante da falsa polarização política, o que sobra é o desastre da nossa forma de vida e o desarme das alternativas subjacentes que poderiam confrontar o próprio sistema. A luta pela conquista do Estado e não pela sua necessária supressão, delineia a gramática social do fascismo democrático. Hobbes chamava de Leviatã o monstro estatal dominante. Para Alain Badiou, "a lei fundamental do monstro" pode ser definida "não por cada vez mais liberdade, mas por cada vez mais desigualdade", ou seja, "o papel do Estado é o mesmo em toda parte: proteger essas desigualdades, proteger o monstro" (BADIOU, 2020, p. 17). É possível considerar o fascismo democrático e suas vicissitudes como uma alternativa política de extremo? A resposta necessária é que se trata de um extremo falso, pois seu objetivo é apenas garantir um lugar privilegiado no monstro capitalista. A diferença agora é que o fascismo democrático não mais se contenta em partilhar dos privilégios do monstro, ou seja, ele aspira diretamente controlar e conduzir o monstro, e fazer dele sua imagem e semelhança.

A definição, agora um pouco tardia, de fascismo democrático é intencional. Em vez de uma antecipação inaudita, a escolha parte da aspiração de começar pelo fim, ou seja, a discussão propriamente dita é anterior a definição. Alain Badiou insiste que o fascismo democrático é algo que aparece novo – ainda mais diante de um modelo

[14] Manuel Castells diz que "uma vez realizado o ato da eleição, dominado pelo marketing eleitoral e pelas estratégias de comunicação, com escasso debate e pouca participação de militantes e eleitores, o sistema funciona autonomamente em relação aos cidadãos" (CASTELLS, 2018, p. 13). Nesse caso, é a frustração da legitimidade que produz tanto a resignação quando a indignação. O que define o resultado é a forma como o antagonismo é encerrado.

ideológico, tecnototalitário, de produção do esquecimento –, mas que na verdade é a restauração fraudulenta do capitalismo. É possível que se altera a forma, mas o conteúdo decisivo do metabolismo é garantido. Nesse caso, é verdade que o "conteúdo manifesto" do fascismo democrático diz muito sobre ele, mas permite que compreendamos ainda mais sobre o metabolismo do capitalismo propriamente dito. Trump e Bolsonaro são apenas variações dentro da cartografia do sistema dominante, e funcionam como extremo falso ao consenso democrático-liberal. Para Badiou:

> De facto, poderíamos falar, a proposito destas novas figuras, de uma espécie de "fascismo democrático", designação paradoxal, mas apropriada. No fim de contas, os Berlusconis, os Sarkozys, os Le Pens e os demais Trump operam no quadro do aparelho democrático, com as suas eleições, as suas oposições, os seus escândalos, etc. Mas nesse mesmo quadro, tocam uma outra partitura, uma outra música. É certamente o caso de Trump, que é um racista, um machista, um violento – tudo isto pertence a uma subjectividade fascista –, mas que, além disso, revela um desprezo pela lógica e pela racionalidade, e um ódio oculto pelos intelectuais. A música que convém a este tipo de fascismo democrático é um discurso que não se preocupa de forma alguma com a coerência, um discurso de impulso, que se contenta com alguns *tweets* nocturnos e que impõem à linguagem uma espécie de deslocação, o que o conduz a fazer positivamente ostentação da sua capacidade de dizer tudo e o seu contrário. Pois para estas novas figuras políticas, o objectivo da linguagem já não é explicar qualquer coisa ou defender um ponto de vista de maneira articulada. O seu objectivo é produzir efeitos que são utilizados para dar, fugitivamente, a impressão que uma poderosa unidade, largamente artificial, mas susceptível de ser explorada no momento (BADIOU, 2020, pp. 20-21, grifos do original).

Nesse sentido, devemos levar a sério a verdade contida no "conteúdo manifesto" do fascismo democrático. Nesse caso, o extremo falso que está corporificado no fascismo democrático, manipula e distorce o antagonismo decisivo, deslocando a explicação objetiva dos problemas fundamentais para formas específicas de causas deslocadas. Quando não temos uma polarização substancial entre alternativas possíveis, o conflito subjacente ao sistema dominante é marcado pela função do escândalo. O verdadeiro escândalo, que é a obscenidade da desigualdade (dessemelhança) explícita, é obliterado pela função do escândalo como forma de identificação da causa deslocada. É por isso que o politicamente correto é fator produtivo imprescindível à luta pela hegemonia fascista. O axioma ideológico do fascismo democrático é que a desigualdade não é apenas uma aparência, ou resultado de um desvio etc., mas parte constitutiva do funcionamento do metabolismo social capitalista. O desigualitarismo precisa ser conformado à uma nova lógica de

funcionamento do mundo, pois ao contrário das melhores ilusões democrático-liberais, a dessemelhança não pode ser extirpada. Podemos dizer aqui que o fascismo democrático é a própria acomodação do horror da dessemelhança social ao funcionamento do monstro capitalista. O objeto frágil do politicamente correto (e sua denegação, por suposto) é a linguagem operativa de mobilização ideológica do fascismo democrático como extremo falso. A necessidade de desnudamento do politicamente correto permite que o fascismo democrático seja tratado como ele realmente é: uma variação cínica como extremo falso do mesmo mundo dominante.

3. FANTASMAGORIA E O POLITICAMENTE CORRETO

O fato da democracia poder ser tratada como um “semblante”, ou seja, por uma “aparência falsa que se dá por real” (BADIOU, 2017, p. 12), permite que pensemos seu verdadeiro embaraço. Ela não pode resolver os problemas da lacuna subjacente à desigualdade própria ao sistema capitalista, assim como não pode ter autonomia absoluta aos problemas objetivos que ela é apenas expressão política. Assim, o problema da democracia é que ela pode acomodar muitas manifestações políticas alternativas, pois sua base é a própria pluralidade econômica existente. Falamos aqui em pluralidade não no sentido de alternativas objetivas ao sistema dominante, mas como variações subjacentes de interesses na luta pela hegemonia dominante.

Nesse sentido, como estamos tratando a democracia como a forma política do sistema dominante e suas vicissitudes, a democracia aparece como a causa deslocada das relações objetivas de exploração e dominação. É por esse motivo que a forma política propriamente dita é incapaz de resolver a lacuna objetiva da desigualdade. Na verdade, a forma política atua manipulando o elemento substancial da desigualdade, deslocando a causa primordial do problema para uma causa deslocada. A democracia aparece como o objeto do ódio político, pois a verdadeira causa não pode ser nomeada nem, tampouco, aparecer como objeto sublime da reclamação popular autêntica. O excesso da energia política democrática é a expressão imediata do excesso do conteúdo compulsivo da acumulação de riqueza. O que aparece não é a violência real instaurada pelas relações objetivas de produção,

mas a violência política. É por isso que a democracia – como forma política do sistema dominante – está sempre no limite da crise estrutural. O fascismo – e, particularmente, sua variação política democrática – é uma resposta possível regressiva à desagregação do sistema dominante. É sempre importante lembrar Hannah Arendt que, ao contrário do que se pensa, "revoluções não são respostas necessárias, mas possíveis, à desagregação de um regime" (ARENDT, 2018, p. 27). A degradação de uma forma de vida geralmente produz monstros.

O que podemos pensar aqui é o *objeto* primordial mobilizado pelo fascismo democrático, como causa deslocada, através de um sistema de linguagem e simbologia que captura o sentimento popular autêntico. Na verdade, o pertencimento e a desigualdade não são mobilizados de forma que os explorados e dominados orientem seu ressentimento contra o sistema dominante. A causa deslocada do *objeto* primordial faz como que o sentimento popular autêntico – ressentimento, raiva, ódio etc. – seja traduzido por um sistema manipulatório de explicação. A questão econômica do capitalismo, por exemplo, nunca aparece como causa dos problemas fundamentais. É somente assim que podemos entender a função decisiva do "politicamente correto" na mobilização ideológica fascista.

Com efeito, a democracia reduzida à circulação da linguagem – em que tudo pode ser dito – impossibilita que a desigualdade seja identificada com sua causa verdadeira, ou seja, a desigualdade existente não é um problema relacionado à interdição da liberdade de expressão, mas ela é resultado da brutalidade que é o sistema econômico dominante. O "politicamente correto" aparece como uma forma eficaz de manipulação e/ou deslocamento da própria desigualdade que não pode ser nomeada pelo seu próprio nome e explicada pela sua verdadeira causa. Quando lidamos com a crise migratória na Europa, jamais podemos pensar esse fenômeno como uma crise que tem sua explicação no "colapso da modernização" propriamente capitalista – através do colonialismo, racismo, imperialismo etc. –, mas a questão aparece sempre como um excesso indesejado de pessoas que não deveriam estar ali. A rejeição partilhada ideologicamente diz respeito à oferta de força de trabalho, pois o trabalho dos imigrantes rebaixa o preço da força de trabalho e precariza ainda mais as condições de vida dos trabalhadores. Em nenhum momento o capitalismo

aparece como causa. É sempre uma causa deslocada que funciona como dispositivo explicativo ao impasse. Logo, o imigrante se torna terrorista, inimigo não apenas dos cidadãos, mas da própria democracia e do nosso modo de vida dominante[15].

Ou seja, o resultado do colapso capitalista é não apenas ignorado, ele é deslocado para o sujeito do enunciado. A manipulação fascista elabora sua ideologia considerando não o objeto decisivo da crítica, mas o portador da crítica. O desemprego é obstaculizado em sua compreensão para que pensemos os imigrantes como inimigos das pessoas comuns e agitadores de uma mensagem perturbadora, cujo objetivo é desestabilizar o nosso próprio modo de vida. A questão fundamental é que a atribuição do inimigo acaba sendo diluída na existência fantasmática dele mesmo. Tudo é traduzido realmente como uma verdadeira conspiração sorrateira permanente. Nesse caso, o inimigo é sempre aquele que aparece no corpo simbólico de uma existência espectral, isto é, o inimigo efetiva a existência ideológica da fantasmagoria:

> Não é difícil: ao contrário do adversário, que tem a irritante tendência a revelar-se uma personalidade reconhecível, o inimigo não tem uma identidade precisa, ao contrário, muitas vezes não tem mesmo nome e sobrenome, e, portanto, pode encarnar categorias genéricas e nebulosas como “os imigrantes”, “os islâmicos”, “os mercados”, “os buonistas”, “os de ideologia de gênero”, “os turbocapitalistas”, “os anarquistas insurrecionalistas” ou “as feministas”. Isso lhe permite taxar o inimigo praticamente qualquer um, mesmo quem não tem a mínima ideia de sua existência. A vantagem é que você pode partir para o combate unilateral, pois o inimigo continuará sendo útil qualquer que seja sua reação: basta o fato de ele existir (e às vezes nem é preciso que exista) (MURGIA, 2019, pp. 49-50).

Assim, a estratégia fascista de mobilização do “politicamente correto” funciona como um espantalho ideológico, pois objetiva obstaculizar o acesso à “coisa em si”. No entanto, sua eficácia não pode ser reduzida apenas a ser uma forma de bloqueio. O politicamente correto permite a repressão dos instintos mais ordinários das pessoas

[15] Vejamos que os inimigos da democracia são o último obstáculo para que a verdade sobre a economia capitalista seja desvendada: “Esta democracia tão perfeita fabrica seu inconcebível inimigo, o terrorismo. De fato, ela *prefere ser julgada a partir de seus inimigos e não a partir de seus resultados*. A história do terrorismo foi escrita pelo Estado; logo, é educativa. As populações espectadoras não podem saber o suficiente para ficar convencidas de que, em relação a esse terrorismo, tudo mais deve lhes parecer aceitável, ou, no mínimo, mais racional e mais democrático” (DEBORD, 1997, p. 185, grifos do original).

comuns. Evita a circulação indefinida dos costumes compartilhados para que uma nova circulação da linguagem seja estabelecida como regra absoluta. É assim que o conteúdo dos costumes é reprimido. Em vez de dizer o que penso, minhas impressões, meus preconceitos, sou agora interditado por uma violenta sanção simbólica que impede que eu possa "dizer tudo". O paradoxo é que eu sigo pensando. A questão decisiva é que quando o preconceito é interditado por um forte bloqueio simbólico – mediante a repressão do seu conteúdo –, evita-se que no espaço público exista a circulação de posições tratadas agora como inaceitáveis. Todavia, no espaço privado, ou seja, no espaço da sociedade civil burguesa, tais posições seguem em funcionamento. Bérengère Viennot diz que "se o politicamente correto consiste em não dizer abertamente tudo o que se pensa, então ele é simplesmente a versão política da cortesia e do respeito aos códigos sociais que regem os grupos humanos" (VIENNOT, 2020, p. 39). Podemos dizer que o ressentimento é derivado da repressão que interdita a posição do sujeito – independente de se tratar de posições ideológicas, falsas, regressivas etc. –, constituindo a fermentação do ódio, raiva e ressentimento ao sistema que o reprime. Figuras grotescas como Trump e Bolsonaro sabem disso. No limite, eles são expressão política e ideológica do "desejo reprimido" das pessoas comuns em poderem retornar ao mundo em que poderiam "dizer tudo" sem nenhuma forma de patrulha ideológica aberta.

O fascismo democrático pressupõe a criação de um inimigo imaginário, espectral, que permite que a ficção simbólica do estatuto da sua ideologia possa ser desenvolvida. O vocabulário fascista é poderoso. Percebemos que ele não individualiza nenhuma transgressão. O fascismo traduz sempre a transgressão como algo apropriado ao universal, ou seja, o dano singular é imediatamente transformado em dano genérico. Michela Murgia diz que "o inimigo, por ter identidade genérica, pode ser confortavelmente acusado de qualquer coisa", ou seja, sua existência espectral permite que pensemos "o princípio da responsabilidade comunicante, segundo a qual as culpas de um único inimigo podem ser transferidas em bloco à categoria de pertencimento inteira" (MURGIA, 2019, p. 52). Quando temos uma transgressão oriunda de alguém que faz parte de uma "categoria de pertencimento" identificada como inimiga, ela jamais é apenas um problema pessoal, mas se trata da

lógica de construção da categoria do inimigo espectral. É necessário distribuir medo, mesmo que não saibamos ao certo o seu objeto. Moira Weigel delineia a estratégia de Trump na construção do inimigo a partir da ambiguidade do politicamente correto:

> Todo demagogo precisa de um inimigo. O de Donald Trump é a elite dominante, e sua acusação é que ela não só é incapaz de resolver os maiores problemas dos norte-americanos, como tenta impedir as pessoas até de falar sobre esses problemas. Trump chegou a dizer que Barack Obama e Hillary Clinton estavam dispostos a deixar o cidadão comum sofrer porque a prioridade deles era o politicamente correto. Onde os liberais veem uma mudança do idioma para refletir uma sociedade cada vez mais diversa – em que os cidadãos tentam evitar ofender desnecessariamente uns aos outros –, Trump vê uma conspiração [...] Trump tem atacado reiteradamente o politicamente correto. Ele o culpa por uma gama extraordinária de mazelas e usa a expressão para rebater toda e qualquer crítica que lhe façam. Toda vez que Trump diz algo "ultrajante", os comentaristas sugerem que ele finalmente ultrapassou o limite e agora está arruinado. Mas os apoiadores de Trump sempre deixam claro que o admiram justamente porque ele não tem medo de dizer o que pensa. Os fãs elogiam muito mais a forma como Trump fala do que suas propostas políticas. Ele diz a verdade, afirmam. Ele fala o que pensa. Ele não é politicamente correto (WEIGEL, 2018).

O paradoxo é que o politicamente correto é mobilizado pela sua denegação, ou seja, figuras políticas fascistas – como os casos de Trump e Bolsonaro, por exemplo etc. – necessitam da constituição de um inimigo espectral. Mais importante do que a singularização do outro, o que eles precisam produzir é um outro que tem sua existência não apenas espectral, mas de alguma maneira inimaginável. Michele Murgia sugere que "aciona-se a formidável arma da conspiração, porque o inimigo improvável é muito mais odiável do que aquele que podemos encontrar na padaria toda manhã" (MURGIA, 2019, p. 55). Imaginemos que o inimigo odioso e repugnante produzido, objeto não apenas do desprezo, mas responsável pela mobilização do nosso medo, fosse alguém que está próximo demais? A fantasia seria desfeita, pois teríamos o despedaçamento da ideologia fascista se o inimigo pudesse ser identificado imediatamente. O poderio da ideologia está justamente na dificuldade com que o inimigo possa aparecer na sua singularidade. Ele é sempre alguém que está distante. Os indivíduos são afetados pelo medo de algo que não pode ser imaginado. Para o fascismo democrático, o aparecimento do politicamente correto permite que possamos romper com a circularidade da ideia idílica de convivência pacífica e de tolerância repressiva. Não obstante, afetações tratadas como intoleráveis – ódio, repugnância, insultos etc. –, são agora legitimadas como formas de luta contra a

ditadura da democracia do politicamente correto. O que temos é a captura do sentimento popular autêntico pelo politicamente correto:

> O politicamente correto matou a fresca espontaneidade deste país, obrigando-nos a fingir que não vemos o que realmente temos à frente. Para sermos gentis, acabamos tornando mentirosos ao aceitarmos usar expressões que serviam para parecermos mais elegantes do que as pessoas sentadas no balcão da padaria. A política fascista, no entanto, não precisa de falsos intelectualismos para se sentir superior a quem representa: nós não somos superiores ao povo, nós somos o povo e falamos como o povo. Se existe um lugar no mundo onde todos têm de nos entender, esse lugar é exatamente o balcão da padaria, onde aliás há muito mais gente do que na universidade. A linguagem fascista, pensando bem, é mais democrática do que a politicamente correta, pois não deixa ninguém se sentir inferior, mesmo que, obviamente, muitos dos democratas se sintam superiores. Não tenham raiva deles, pelo contrário, sintam-se gratos, ao menos num primeiro momento. Toda vez que algum deles procurar reivindicar o uso de expressões refinadas ou diplomáticas, chamando-nos talvez de ignorantes ou grosseiros, estará nos oferecendo a possibilidade de mostrar ao povo que os democratas se preocupam muito mais em colocar em suas bocas o subjuntivo do que um pedaço de pão. Deixem que o façam: só assim os radicais chiques aprenderão por conta própria que não existe uma única sociedade no mundo na qual os povos prefiram o subjuntivo (MURGIA, 2019, pp. 78-80).

Podemos dizer que o politicamente correto é uma “forma de hipocrisia; uma espécie de embromação que permite que o seu interlocutor sorria com todos os dentes para você enquanto lhe enfia uma faca nas costas na primeira oportunidade” (VIENNOT, 2020, p. 39). O problema não é o objeto da linguagem repugnante, mas a própria linguagem, ou seja, no lugar de substituir o objeto que permite que a linguagem expresse formas degeneradas de desprezo e violência, a reação política ao fascismo ataca a linguagem propriamente dita. O paradoxo da condição do fascismo democrático é que ele aparece como uma alternativa democrática de escolha e de existência política. Ele não está *fora*, mas *dentro* do sistema democrático dominante. Quando o politicamente correto interdita a fala fascista, o fascismo responde apontando que isso significa uma forma de elitismo, cuja preocupação é menos com as condições objetivas subjacentes de desigualdade promovidas pela elite política liberal, e mais com o desejo de hegemonia cultural etc. No entanto, como se trata de uma estratégia que busca substituir a causa primordial do problema pela causa deslocada, o que a denegação do politicamente correto intenta é produzir a legitimidade política para toda forma de violência política aberta. Para Moira Weigel – problematizando a experiência ideológica dos EUA –, “o termo ‘politicamente correto’

passou a ser usado para incutir na opinião pública a ideia de que havia um abismo entre as 'pessoas comuns' e a 'elite liberal', que tentava controlar a fala e o pensamento de toda a população". A denegação do fascismo é irretocável, ou seja, "fazer oposição ao politicamente correto também se tornou um modo de dar ao racismo uma fachada politicamente aceitável na era pós-direitos civis" (WEIGEL, 2018). Ou seja, politicamente correto é um espantalho instaurado pelo fascismo para poder produzir seu discurso público mais livremente como uma forma de reação política ao sistema dominante dominado pelas "elites".

De fato, trata-se de uma forma bastante poderosa de "colonização da revolta", que manipula o sentimento popular autêntico como meios para fins propriamente paranoicos. Para Moira Weigel, trata-se de "um truque antigo: os poderosos estimulam os menos poderosos a descontar sua fúria naqueles que poderiam ser seus aliados, e ainda os faz pensar que foram libertados". A verdade é que "para os poderosos isso não custa nada e rende dividendos assustadores" (WEIGEL, 2018). Assim, o politicamente correto é uma invenção de sua denegação, já que precisa de um inimigo espectral para poder elaborar sua posição reacionária. O que pode ser mais poderoso do que a constituição de um inimigo espectral que interdita a liberdade de "tudo dizer" sem nenhuma forma de constrangimento ideológico? Isso explica o fato primordial da ideologia, ou seja, as pessoas comuns se identificam com figuras grotescas – Trump e Bolsonaro etc. –, pois elas estão *aparentemente* mais próximas do que elas mesmas são como pessoas. Estamos diante de um caso típico de identificação fantasiosa com aqueles que atuam contra seus interesses objetivos mais fundamentais. As pessoas que estão submetidas à repressão ideológica se reconhecem em Trump e Bolsonaro, pois apesar de tudo, representam a luta contra um sistema profundamente manipulado. Eles são como nós somos. O paradoxo da ideologia inscrita no fascismo democrático em contraposição à democracia propriamente dita – que deveria funcionar pela livre circulação do dissenso –, é que a elaboração política é reduzida ao "bom senso", ou seja, a política é desmoralizada e a obviedade ideológica aparece como expressão da própria verdade:

> Pois se faz necessário acreditar que a impotência da vida ordinária e da espoliação constante será vencida através da força individual de quem enfim tem o direito de andar armado, de sair às ruas com camisas negras, de falar o que quiser sem se preocupar com "a ditadura do politicamente correto". O

> fascismo oferece uma certa forma de liberdade, ele sempre se construiu a partir da vampirização da revolta. Há uma anarquia bruta, um carnaval sempre liberado pelo fascismo (SAFATLE, 2018, pp. 13-14).

Nesse sentido, o fascismo democrático retoma a noção de “fatos alternativos” (VIENNOT, 2020, p. 60), anteriormente elaborada por George Orwell em *1984* como “Novafala” e, acima de tudo, ao “duplipensamento”, que significa “defender ao mesmo tempo duas opiniões que se anulam uma à outra, sabendo que são contraditórias e acreditando nas duas” (ORWELL, 2009, p. 40), ou seja, o paradoxo ideológico apresentado por Orwell salienta que o “duplipensamento” significa abrigar na cabeça duas crenças contraditórias e, ao mesmo tempo, acreditar em ambas. Não estaríamos diante de um paradoxo ideológico insolúvel? Não é justamente isso que podemos encontrar no bolsonarismo como variante tropical do fascismo democrático? Com efeito, no que diz respeito ao politicamente correto, temos o “duplipensamento” como uma dimensão ideológica importante pela qual o conflito se manifesta. O que é tópico ao bolsonarismo é que ele instaura permanentemente o antagonismo entre crenças distintas. É daí que é possível ser liberal na economia e conservador nos costumes, mesmo que isso signifique contraditar valores decisivos ao liberalismo. George Orwell insistia que a experiência totalitária corporificada em *1984*, na verdade, permitia “recorrer à lógica para questionar a lógica, repudiar a moralidade dizendo-se um moralista”, “esquecer tudo o que fosse preciso esquecer, depois reinstalar o esquecido na memória no momento em que ele se mostrasse necessário, depois esquecer tudo de novo sem o menor problema: e, acima de tudo, aplicar o mesmo processo ao processo em si” (ORWELL, 2009, p. 40). No limite, o politicamente correto é precisamente isso: sua denegação fascista cria um objeto fantasioso para que sua gramática regressiva possa aparecer em toda sua completude. É verdade que o politicamente correto é uma posição hoje abertamente liberal – embora disputada pela sua variante esquerdista –, mas ela, de alguma maneira, exprime um pouco mais do que a hipocrisia antropológica que conhecemos, pois nos permite desnudar e descobrir a fantasia paranoica fascista.

4. CONCLUSÃO: POLÍTICA DE CHOQUE E CATÁSTROFE

A normalidade que temos hoje pode ser pensada considerando “a política do choque”. Ela ao mesmo tempo que instaura processos brutais de espoliação, produz desorientação subjetiva e política. O que experimentamos é um mal-estar indefinido que assinala a existência de uma crise permanente incontornável: (1) não temos alternativa, pois não sabemos o que fazer e (2) o realismo capitalista tem hoje seu horizonte encerrado no universo ideológico fascista. Nesse caso, o medo é o insumo regressivo que impede que processos transformativos surjam, alimentando o fascismo e permitindo a colonização da imaginação política comum. A “normalidade” é indissociável da existência da crise permanente. O paradoxo é que a normalidade é o verdadeiro transtorno. Como desdobramento catastrófico, a “política de choque” cria um estado de indeterminação irreparável:

> Não ficamos em estado de choque quando algo grande e ruim acontece; tem que ser algo grande e ruim *que ainda não compreendemos*. O estado de choque é o que acontece quando se abre um abismo entre os acontecimentos e nossa capacidade inicial de explicá-los. Quando se encontram nessa posição, sem uma história, sem suas amarras, muitas pessoas ficam vulneráveis diante de figuras de autoridade dizendo para termos medo uns dos outros e abrirmos mão de nossos direitos por um bem estar maior (KLEIN, 2017, p. 17, grifos do original).

A “política de choque” produz a desorientação, que é mobilizada pelos políticos e pelas corporações – como sujeitos reais do poder dominante. O objetivo é tirar proveito da desorientação compartilhada. É por isso que o choque subverteu absolutamente a relação entre normalidade e transtorno. O paradoxo é que uma sociedade sem choque é traumática demais para ser suportada. Na verdade, o que chamamos de “transtorno” aparece como o novo regime simbólico da normalidade existente. O poderio da “política de choque” é que a vida ordinária tornou-se insuportável quando desprovida do choque.

Marcuse já havia dito “que a maior liberdade envolve antes uma contração do que uma extensão e desenvolvimento de necessidades pulsionais, ela atua mais *a favor* do que *contra* o *status quo* da repressão geral” (MARCUSE, 2015, p. 99, grifos do original). A liberdade hoje não apenas atua em direção à repressão, como ela está colonizada pela interpelação fascista capaz de mobilizar o ressentimento pessoal recalcado. É possível que a solução hoje seja parar de resistir e militar para a própria

desestabilização de todo o regime social existente. O fascismo aposta na catástrofe. Talvez tenhamos que fazer o mesmo.

REFERÊNCIAS

SAFATLE, Vladimir. **Um dia, esta luta iria ocorrer**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

RACIÈRE, Jacques. **O desentendimento**. São Paulo: Editora 34, 2018.

MURGIA, Michela. **Instruções para se tornar um fascista**. Belo Horizonte, Veneza: Editora Âyiné, 2019.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Linhas fundamentais da filosofia do direito**, ou, Direito natural e ciência do estado em compêndio. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2010.

BADIOU, Alain. **Trump**. Lisboa: VS. Editor, 2020.

Badiou, Alain. **Em busca do real perdido**. Belo horizonte: Autêntica Editora, 2017.
ŽIŽEK, Slavoj. **O sujeito incômodo:** o centro ausente da ontologia política. São Paulo: Boitempo, 2016.

LAZZARATO, Maurizio. **O governo do homem endividado**. São Paulo: n-1 edições, 2017.

ARENDT, Hannah. **Liberdade para ser livre**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2018.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura**: a crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

VIENNOT, Bérengère. **A língua de Trump**. Belo Horizonte, Veneza: Editora Âyiné, 2020.
SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos**: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. Belo horizonte: Autêntica Editora, 2016

KLEIN, Naomi. **Não basta dizer não**: resistir à nova política de choque e conquistar o mundo do qual precisamos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

MARCUSE, Herbert. **O homem unidimensional**: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada. São Paulo: EDIPRO, 2015.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

WEIGEL, Moira. **Um álibi para o autoritarismo**. Outubro de 2018. Disponível em: <https://www.revistaserrote.com.br/2018/10/um-alibi-para-o-autoritarismo-por-moira-weigel>. Acesso em: 25 de julho de 2021.